

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA**  
**MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**CREULEDI FERREIRA**

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO NOME “VILA BELA DA  
SANTÍSSIMA TRINDADE”, A PRIMEIRA CAPITAL DE MATO GROSSO**

**CÁCERES-MT**

**2021**

**CREULEDI FERREIRA**

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO NOME “VILA BELA DA  
SANTÍSSIMA TRINDADE”, A PRIMEIRA CAPITAL DE MATO GROSSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e coorientação do Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim.

**CÁCERES-MT**

**2021**

© by Creuledi Ferreira, 2021.

## CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

F383u

FERREIRA, Creuledi.

Um Estudo Semântico-Enunciativo do Nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”, a Primeira Capital de Mato Grosso / Creuledi Ferreira – Cáceres, 2021.

83 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientador: Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Coorientador: Taisir Mahmudo Karim

1. Nome Próprio. 2. Designação. 3. Determinação. I.

Creuledi Ferreira. II. Um Estudo Semântico-Enunciativo do Nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”, a Primeira Capital de Mato Grosso:.

CDU 81'37:911.375(817.2)

**CREULEDI FERREIRA**

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO NOME “VILA BELA DA  
SANTÍSSIMA TRINDADE”, A PRIMEIRA CAPITAL DE MATO GROSSO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira  
Orientadora – PPGL/UNEMAT

---

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim  
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

---

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva  
Avaliador Externo – UESB

**APROVADA EM: 13/08/2021**

*Em primeiro lugar, dedico ao meu Deus que nos momentos de dúvidas sobre a minha capacidade, me amparou.*

*Em segundo à minha família: meu pai, Ledi Ferreira, minha mãe, Elvina Da Silva Ferreira (Creuza), minha irmã Loidy Ferreira, meu filho João Paulo, minhas filhas Carolina e Ana Clara que são meu porto seguro aqui na Terra.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNEMAT e a seu corpo docente que me possibilitaram realizar o meu sonho de ser Mestra em Linguística.

Agradeço ao Meu Deus que mesmo me colocando à prova durante todo o momento em que eu estudava, me deu forças para que eu não desistisse.

Agradeço à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira pela orientação, paciência e educação.

Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim que me auxiliou nos momentos de dúvidas que tive ao escolher o tema desta dissertação e sobre os conceitos teóricos de Semântica como coordenador do Grupo Significar Mato Grosso do qual faço parte.

Agradeço aos meus amigos que com nossas risadas e companheirismo me ajudaram em meu equilíbrio emocional. Em especial à minha orientadora em “off” Gisele Veronez que foi parte fundante desta pesquisa; à minha amiga Solange Velozo, ao Lucas que me ajudou sanando minhas dúvidas quanto aos conceitos teóricos e pela amizade. E aos demais do grupo Significar Mato Grosso da UNEMAT pelo carinho e pela convivência prazerosa.

Agradeço à minha amiga e comadre Simone Marques, que mesmo distante, nos momentos difíceis que tive que superar, sempre esteve comigo.

Agradeço pelas amizades que fiz durante o curso de Mestrado, em especial, às minhas amigas Daniele e Gislaine. Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu bom desempenho durante esse processo de estudos.

*Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água paralítica.*

*Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionário; isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.*

*O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz na seca ele combate.*

*"Rios sem discurso"*

*(João Cabral de Melo Neto)*

## UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO NOME “VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE”, A PRIMEIRA CAPITAL DE MATO GROSSO

### RESUMO

Este trabalho apresenta a análise do nome da primeira capital de Mato Grosso, “Vila Bela da Santíssima Trindade”, cujos sentidos são produzidos em acontecimentos enunciativos que dizem o nome do município em documentos históricos (Ata de Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a Carta Régia de 1746). Ou seja, analisamos o movimento semântico do nome da primeira capital de Mato Grosso e, desse modo, mostramos a constituição da rede semântica designativa do acontecimento de nomeação construída nas relações enunciativas do funcionamento do nome. E concomitantemente apresentamos uma comparação do ensino do nome próprio feito pela gramática tradicional, e as tentativas de inserir conceitos semânticos no ensino brasileiro com o estudo do nome próprio pela Teoria do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018) propondo, como exemplo, a análise dos sentidos do nome próprio em questão, “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Como suporte teórico metodológico nos valem dos pressupostos da teoria Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002, 2011, 2018), no Brasil. Uma semântica que considera que a análise dos sentidos da linguagem deve se dar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer.

**Palavras-chave:** Nome Próprio. Designação. Determinação.



## A SEMANTIC-ENUNCIATIVE STUDY OF THE NAME "VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE", THE FIRST CAPITAL OF MATO GROSSO STATE

### ABSTRACT

This study presents the analysis of the name of the first capital of Mato Grosso, "Vila Bela da Santíssima Trindade", whose meanings are produced in enunciative events that say the name of the municipality in historical documents (Foundation Act of Vila Bela da Santíssima Trindade and the Royal Letter of 1746). In other words, we analyze the semantic movement of the name of the first capital of Mato Grosso and, in this way, we show the constitution of the designative semantic network of the naming event built in the enunciative relations of the functioning of the name. And concomitantly we present a comparison of the teaching of the proper noun done by traditional grammar, and the attempts to insert semantic concepts in Brazilian teaching with the study of the proper noun by the Theory of Event of Guimarães (2002, 2011, 2018) proposing, as an example, the analysis of the meanings of the proper noun in question, "Vila Bela da Santíssima Trindade". As a theoretical and methodological support, we make use of the assumptions of the Semantics of Event theory, developed by Guimarães (2002, 2011, 2018), in Brazil. A semantics that considers that the analysis of the meanings of language should take place in the study of enunciation, in the event of saying.

**Keywords:** Proper Noun. Designation. Determination

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>SEÇÃO I</b> .....	14
<b>LINGUÍSTICA E OS ESTUDOS ENUNCIATIVOS</b> .....	14
<b>1.1 Breve visão sobre os Estudos Enunciativos</b> .....	14
<b>1.2 Enunciação no Brasil – A Semântica do Acontecimento</b> .....	17
<b>1.3 Semântica do Acontecimento – Aspectos teórico-metodológicos e procedimentos De Análise</b> .....	20
<b>1.3.1 Domínio Semântico de Determinação (DSD)</b> .....	21
<b>1.3.2 Articulação</b> .....	22
<b>1.3.3 Reescrituração</b> .....	22
<b>1.3.4 Renomeação</b> .....	24
<b>1.4 O Ensino do Nome Próprio: Livro Didático e Teoria do Acontecimento</b> .....	25
<b>SEÇÃO II</b> .....	30
<b>CONTEXTO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE</b> .....	30
<b>2.1 A colonização do mato grosso e fundação da sua primeira capital</b> .....	31
<b>SEÇÃO III</b> .....	37
<b>A VILA - UM FUNCIONAMENTO DE SENTIDOS POSSÍVEL</b> .....	37
<b>3.1 Do corpus</b> .....	37
<b>3.2 Os sentidos na determinação de criação da Vila</b> .....	37
<b>3.3 Os sentidos de determinação de “Vila” no dizer do al-Rei</b> .....	39
<b>3.4 As especificações da Vila</b> .....	41
<b>3.5 Os sentidos na fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade</b> .....	43
<b>3.6 A formação nominal do nome de Vila Bela Da Santíssima Trindade</b> .....	47
<b>3.7 Uma Vila Bela... Mas porque bela?</b> .....	48
<b>3.8 A renomeação do sítio: Vila Bela da Santíssima Trindade ou Mato Grosso?</b> .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>Anexo I</b> .....	62
Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade .....	62
<b>Anexo II</b> .....	63

Carta Régia de 5 de agosto de 1746 .....	63
<b>Anexo III</b> .....	67
Ata de fundação De Vila Bela da Santíssima Trindade .....	67
<b>Anexo IV</b> .....	72
Colonização do Brasil .....	72
<b>Anexo V</b> .....	78
Mapa com os tratados de Tordesilhas e de Madri .....	78
<b>Anexo VI</b> .....	79
Lei que renomeia o município de Vila Bela da Santíssima Trindade .....	79
<b>Anexo VII</b> .....	80
Aniversário de Vila Bela da Santíssima Trindade.....	80

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar a importância do estudo do nome Próprio pelo viés Semântico-enunciativo baseado na Teoria da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, e apresentar uma comparação deste ensino com o ensino do nome próprio no Ensino Fundamental e Médio. Apresentamos assim, a importância do estudo da significação do nome próprio na perspectiva da Teoria da Semântica do Acontecimento, tendo como proposta de estudo de caso o nome da primeira Capital do Mato Grosso “Vila Bela da Santíssima Trindade”, devido à importância do estudo deste nome para a educação das novas gerações, uma vez que é um elemento importante e constitutivo da história dos mato-grossenses e dos brasileiros. Mostramos como este nome próprio significa nos textos que falam sobre ele desde a sua idealização. Para tanto nos embasamos na teoria da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018), a partir da qual tomamos, dentre outras, as noções de cena enunciativa, nomeação, designação, DSDs, articulação e reescrituração, como dispositivos teóricos analíticos a partir dos quais consideramos o nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”, que é o nome da primeira Capital de Mato Grosso.

Partindo da concepção de que é decisivo para nós, semanticistas, verificar a produção dos sentidos em acontecimentos enunciativos, buscamos responder algumas perguntas neste trabalho: Qual o sentido dado ao nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”? E, o que determina os sentidos dados à “Vila Bela da Santíssima Trindade” no período da história da construção do Estado de Mato Grosso?

Assim, o corpus desta pesquisa é constituído de documentos oficiais do Brasil: da Ata de Fundação de 1752, e da Carta Régia de 05 de agosto de 1746 e uma notícia do Jornal Oeste de 19/03/2021 sobre o aniversário da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, com o objetivo de ver como o nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” significa na história enunciativa do Estado de Mato Grosso e seu desenvolvimento na história brasileira.

Consideramos importante propor esta pesquisa nos estudos semânticos por considerar que ao analisar o nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” estamos recortando na história dos Mato-grossenses, um memorável de enunciações já ditas que significam e ressignificam o Estado enquanto espaço constitutivo de sentidos para os cidadãos do centro-oeste do Brasil.

Portanto, esta pesquisa além de produzir a análise do nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”, também apresenta dois modos de se considerar o nome próprio (Semântica do Acontecimento e Gramática Normativa tratada nos livros didáticos), tendo em vista o ensino Fundamental e o Ensino Médio. Então, mostramos os enunciados que dão origem ao espaço de

enunciação do nome analisado para observar a relação destes com a história; esses enunciados estão em funcionamento nos recortes feitos do nome “Vila Bela Da Santíssima Trindade”.

Dessarte, para o desenvolvimento dos nossos estudos, na Seção I, resumidamente trazemos os estudos enunciativos, bem como a Teoria do Acontecimento e os procedimentos de análise aos quais nos reportamos para verificar a designação do nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”. E doravante, apresentamos a importância e necessidade do estudo do nome próprio segundo Teoria do Acontecimento, contrapondo o ensino fragmentado do nome próprio na educação e as poucas tentativas de inserir no currículo, mesmo que teoricamente, os conceitos linguísticos.

Na Seção II, traz o acontecimento histórico no qual se dá a fundação desta “Vila”, bem como os meios estratégicos que fizeram com que a Coroa Portuguesa se interessasse tanto por este lugar para ser a capital da Capitania de Mato Grosso na divisa com a Espanha.

Já na Seção III, temos como mostra para prática de análise do nome próprio segundo a teoria do Acontecimento e em contrapartida uma mostra da classificação morfológica como faz o livro didático, utilizando o nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” nos recortes extraídos do Corpus citado anteriormente. Bem como o processo da renomeação de “Vila Bela”, a história enunciativa que faz com que uma capital deixe de ser Capital, vire cidade e, que por litígio político, parece perder por um momento, entre um decreto e outro, a sua identidade nominal. Também por tal importância mostra esse marco histórico de “Vila Bela da Santíssima Trindade” para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil.

Ao analisarmos o sentido da palavra, consideramos também, sua história enunciativa no espaço de enunciação no qual a língua é distribuída a seus falantes. Simultaneamente, considera-se a História da Linguística e seus aspectos constitutivos até nosso lugar na atualidade.

## SEÇÃO I

### LINGUÍSTICA E OS ESTUDOS ENUNCIATIVOS

#### 1.1 Breve visão sobre os Estudos Enunciativos

A Semântica, termo criado pelo filólogo francês, Michel Bréal (1832-1915) em sua obra “Ensaio de Semântica (ES)” publicada na França em 1872 e somente sendo traduzida para o Português em 1992, tem como objeto de estudo o significado das (nas) línguas. Ela surge como disciplina no Estruturalismo ao priorizar o Significado. A Semântica por valorar as condições histórico-sociais do ser de linguagem tornou-se autônoma.

Portanto, a Semântica observa os significados numa língua natural e descreve o seu funcionamento. Cabe a ela os estudos dos campos lexicais, a antonímia, a sinonímia, os homônimos, os hiperônimos, buscando uma lógica na variedade de significados nas enunciações de uma língua. Émile Benveniste e Oswald Ducrot estudam a significação, observando as conjunções, os verbos, os pressupostos de modo efetivo.

Tanto Bréal quanto Saussure compartilhavam também a ideia de que o tempo era o fator principal para a mudança da língua. Bréal ainda afirmava que essa mudança era lenta, que passava até despercebida pelos falantes. E que para Bréal a mudança dependia da vontade e inteligência de muitos, e não ocorria individualmente. Assim “[a linguagem] é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas” (ES, p. 197).

A linguagem, nos estudos de Bréal, se ocupa com a sintaxe e a morfologia da língua. Bréal então, ao considerar a linguagem como um fenômeno histórico, rompe com os conceitos naturalistas que consideravam a linguagem como organismo vivo e a coloca como sendo dada pela vontade humana, pela inteligência, pondo no centro o Sujeito, mas não uma vontade consciente, assim explica (GUIMARÃES, 1995, p. 16). “[...] a linguagem representa um acúmulo de trabalho intelectual, sendo construída pelo consentimento de muitas vontades, do acordo de muitas vontades, ‘umas presentes atuantes, outras desfeitas, desaparecidas’” (BRÉAL, 1978, p. 197).

Essa vontade para Bréal é inconsciente, ocorre pelo pensamento humano baseada no funcionamento do signo. Portanto, a Semântica de Michel Bréal tem afinidades com o estudo da polissemia estruturalista na determinação dos sentidos. Estudos estes idênticos ao da Semântica Lexical ao sustentarem que há na língua uma relação entre “significante” e “Significado”. Então, esse aspecto subjetivo é marcado na língua pelos elementos subjetivos

como verbos, advérbios, pronomes que identificam o sujeito no discurso. A linguagem para ele é um fenômeno histórico.

Já o teórico Émile Benveniste, segundo Guimarães (1995), ao descrever a relação dos pronomes “eu”, “tu”, “ele”, faz conforme hipótese de Bréal de que a língua em discurso tem a marca da subjetividade. Benveniste conceitua a Enunciação em 1974 em seu artigo “Aparelho Formal da Enunciação” como a relação do sujeito com a língua ao se apropriar dela pondo-a em funcionamento. Portanto, ao fazer o estudo da Enunciação, Benveniste (2006) inclui dois modos de significância: o semiótico e o semântico.

Benveniste (1902-1976), iniciou seus estudos linguísticos com Antoine Meillet que fora discípulo de Ferdinand de Saussure. Fato este que levou Benveniste (1988, 2006) a conhecer a Semântica estrutural que tratava da Semiologia – signo – *langue/parole*, uma semântica que se detém na estrutura da língua. No entanto, como afirma Machado (2011), no século XX a *parole* estava estagnada e Benveniste (1988, 2006) e Ducrot (1987) a trouxeram novamente à tona, mas ao desvincularem-se da teoria Estrutural, criam a teoria da enunciação enquanto funcionamento, substituindo o termo *parole* por *enunciação*.

Contudo, segundo Machado (2011, p. 25), este ato de considerar a *Langue/Parole* mais uma vez não foi pacífico, já que a linguística era regulada por perspectivas específicas no espaço enunciativo científico, pois o Sujeito linguístico trazido pela enunciação era ignorado devido a não consideração do exterior à língua. Benveniste ao pensar o sujeito que se apropria da fala como um EU, foi criticado por Rancière (1994) por “excesso de fala” sendo, por isso, na época, considerado o linguista da Enunciação. Contudo, esse litígio político Sujeito/não-sujeito de Benveniste encontrou adeptos no espaço da Filosofia e da Psicologia. Então, nestes espaços o autor formulou sua teoria pelas noções de: Semiótica (signo independente de referência) e Semântica (discurso tomado por referente). (MACHADO, 2011, p. 24).

Benveniste em seu artigo A Forma e o Sentido da Linguagem (2006) estabelece duas maneiras de pensar a língua. Segundo o autor, “[...] a unidade semiótica é o Signo. Qual será a unidade semântica: simplesmente a palavra [...]”. A partir do Signo passa-se a considerar a frase como prática do discurso uma “atividade do locutor coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 2006, p. 230). Aqui importa o sujeito em ação utilizando as palavras na formação do discurso, uma sintagmatização. Então, para Benveniste o Semiótico e o Semântico complementam-se.

Já Ducrot, conforme o que diz Guimarães (2015), em seu artigo “Aquele que diz o que não diz – uma bibliografia de Oswald Ducrot”, nasceu em Paris na década de 30. Ele desenvolveu a teoria da argumentação da língua(gem), ao lado de Jean-Claude Ascombre entre

os anos de 1949 a 1954 e agregou-se aos estudos filosóficos da época e tomou para si conceitos advindos de Platão:

Platão considera o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser. E acresce a estes um quinto gênero, o Outro. E sobre este gênero diz: “da essência do Outro, diremos que ela circula através de todas, porque se cada uma delas, individualmente, é diferente das demais, não é em virtude de sua própria essência, mas de sua participação na natureza do Outro (*apud* PLATÃO, *Sofista*, 255 e).

Guimarães (2005) diz que Ducrot, ao apresentar o gênero de Platão, afirma que a linguística moderna, a partir de Saussure, descobriu que é necessário refletir sobre a alteridade. Então, para Ducrot, Saussure tem oposição no signo e Platão nas ideias de que o Outro é um quinto gênero que não o é em virtude de sua essência, mas pela relação com os demais. Ducrot relaciona essa teoria de Platão ao que Saussure apresenta no CLG.

Pela via aberta por Benveniste, em que há o embate Estrutura X Enunciação, uma linguagem enunciada por um (eu) e referenciada pela subjetividade de um (Tu), Ducrot vem e faz um novo embate: Enunciação X Enunciação. Ele reescreveu a “parole” de Saussure pela Enunciação ao lado da “langue” limitando o enunciado e denominando-o “frase”. Confirmando sua teoria ao afirmar que a “frase” sendo proferida por um falante, produz enunciados. Estudos que contrariam, nesse caso, à teoria de Benveniste, como já dito anteriormente, pois Ducrot não fixa sua teoria no Sujeito como faz Benveniste. Ele firma sua teoria baseando-se livremente na polifonia de Mikhail Bakhtin, acrescentando as várias vozes que um enunciado pode ter. Para sua dicotomia, Ducrot determina que “A frase é a identidade gramatical abstrata, e o enunciado é uma realização particular da frase. O sentido é o valor semântico do enunciado, a significação, o valor semântico da frase” (DUCROT, 1987, p. 31).

Essa Polifonia de Oswald Ducrot em sua obra “Polifonia y argumentacion conferencias del seminario – teoría de la argumentación y análisis del discurso” em observações à teoria Dogmática de Mikhail Bakhtin, em que o locutor tem várias vozes, Ducrot compara às máscaras carnavalescas, vários personagens em um só locutor. E ao citar Freud para argumentar sobre a negação ele diz que a negação ocorre em dois sentidos em que o superego se opõe à libido, de que o locutor tem a libido que é positiva e o super ego negativo. Essas duas oposições fazem com que o locutor, segundo Ducrot, possa decidir e ao mesmo tempo censurar “coisas”.

Ducrot afirma ainda em sua teoria da argumentação que há na linguagem sentidos importantes: o denotativo, o conotativo e o da intersubjetividade. Ao citar o exemplo “Pedro es inteligente” explica que essa frase no sentido denotativo traz Pedro sendo apenas descrito, no



conotativo, Pedro é admirado pelo locutor e no da intersubjetividade há uma relação discursiva de confiança entre Pedro e o locutor.

É a partir dos estudos dos teóricos citados, principalmente por Émile Benveniste e Oswald Ducrot que Eduardo Guimarães se instala com sua teoria da Semântica histórica da Enunciação, a Semântica do Acontecimento que é a nossa linha de estudos para essa análise.

Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal e historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade. A construção dessa concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 1995, p. 66).

Tudo que abordamos sobre a história da linguística foi com o intuito de apresentar os predecessores de Eduardo Guimarães para que possamos entender como este teórico elabora e desenvolve a sua teoria da Semântica do Acontecimento.

Veremos na sequência como Eduardo Guimarães trata a enunciação em sua vertente histórica do acontecimento de linguagem.

## **1.2 Enunciação no Brasil – A Semântica do Acontecimento**

Eduardo Guimarães (1948), professor da Unicamp, teórico da semântica enunciativa, iniciou seus estudos e pesquisas na década de 70, influenciado pelas vertentes teóricas de Émile Benveniste e Oswald Ducrot. No entanto, seguiu um caminho próprio para o desenvolvimento de sua teoria, produzindo um certo afastamento de seus predecessores. Pois sua proposta teórica é de que a linguagem se realiza no acontecimento do dizer, que é constituído por um memorável, apresentando uma latência de futuro, que funcionam em um presente enunciativo em que o falante é agenciado no presente do próprio acontecimento na configuração da cena enunciativa. Guimarães se distancia do que diz Benveniste sobre o sujeito ser o centro do dizer, a partir do qual ao dizer “Eu” enuncia. Pois para Guimarães (2002, 2011, 2018) o sujeito não é consciente em relação ao que diz, e nem mesmo aquele que se constitui enquanto sujeito empírico, como um existente de “carne e osso” no real. O sujeito é considerado na teoria da semântica enunciativa enquanto um “falante”, ou seja, enquanto um ser de/da linguagem, afetado pelos modos de e do dizer enquanto agenciado pela língua. Como diz Guimarães (2002):

Os falantes não são indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, os falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação (Idem, p. 18).

Ainda, em outro lugar, Guimarães (1988) sustenta que “o enunciado é constituído pelo acontecimento da enunciação numa historicidade discursiva”. O sujeito, para ele, não é autor do que diz, não há uma transparência desse sujeito ao dizer, sua enunciação é a partir de um memorável, constituído no espaço de enunciação.

[...] O acontecimento é o que produz, numa ordem específica, uma temporalidade própria. Constitui um presente, um passado e um futuro. Ou seja, o acontecimento não se dá no tempo, ele constitui uma temporalidade pela qual ele significa (GUIMARÃES, 2004, p. 12).

É, assim, no presente do acontecimento que ocorre a dinâmica da configuração da cena enunciativa. Ao ser agenciado pelo dizer, o falante se divide em figuras enunciativas que se constituem como aspectos decisivos para a produção dos sentidos na enunciação. Existem, então, o Locutor, aquele que diz, ou que se dá como a origem daquilo que se diz (não como o primeiro a dizer no tempo); Locutário, correlato direto do Locutor. Estas duas figuras são imprescindíveis para a configuração da cena enunciativa, pois são aquelas que se fundam numa relação de alocação entre quem diz e para quem se diz. Por outro lado, o Locutor (L) ao enunciar, o faz predicado por um lugar social constituído historicamente, o lugar de alocutor-x, (al-x), onde a variável (-x) representa o lugar social. Portanto, L diz enquanto predicado e autorizado a dizer a partir de um lugar social que pode ser o de alocutor-historiador, alocutor-oficial, alocutor-colonizador, alocutor-professor etc. E, ao enunciar deste modo, o alocutor-x instala como seu um correlato que é aquele para quem se diz, o alocutário-x, (at-x), que pode ser um alocutário-aluno, alocutário-leitor, alocutário-povo etc., podendo ser este um alocutário específico ou de modo genérico.

Contudo, há ainda que se dizer sobre outra figura de importância fundamental para a produção dos sentidos no acontecimento, o Enunciador. Esta é uma figura que se coloca como aquele que enuncia como "fora da história" (GUIMARÃES, 2002), pois, este não se constitui enquanto aquele que se apresenta como a origem do dizer ou como predicado por um lugar social. O Enunciador é caracterizado por 4 modos de enunciar que se dão a partir de um lugar de dizer específico. Pode ser, então, um Enunciador Universal, aquele que o dizer se faz a partir do lugar da ciência, por exemplo, e que se dá como uma verdade universal, válida a todos; um

Enunciador Individual, aquele que diz enquanto que assumindo a responsabilidade pelo que diz; um Enunciador Coletivo, cujo dizer representa o dizer de uma coletividade; e um Enunciador Genérico, aquele em que o dizer está associado a algo genérico, algo que todos dizem e se valem.

Ainda, é necessário observar que o acontecimento enunciativo, e conseqüentemente a configuração da cena enunciativa, só pode se dar em um lugar específico, e, este lugar é o espaço de enunciação. O falante só diz enquanto agenciado por uma língua específica e em um espaço de enunciação específico. Este espaço de enunciação é um lugar que se caracteriza por ser o espaço de distribuição das línguas aos seus falantes, ou seja, é um lugar definido pelo fato de só haver línguas por que há falantes e de só haver falantes por que há línguas (GUIMARÃES, 2002). Este espaço não é físico e nem empírico, é um espaço permeado pelo funcionamento e pela distribuição desigual das línguas aos falantes deste espaço. E, portanto, o espaço de enunciação é necessariamente um espaço político, um espaço de litígio. A língua se distribui de modos diferentes regulando e afetando uma normatização do real. A depender do corte analítico a ser considerado, há uma partilha do real, pela qual o sensível é dividido quanto aos modos de acesso à palavra e aos direitos ao dizer.

Desse modo, o espaço de enunciação é “[...] um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Há, segundo Guimarães, ora uma inclusão, ora exclusão nessa disputa entre falantes. Por isso, o falante é agenciado nesse espaço de enunciação devido ao agenciamento político das línguas, que, conforme dito por Guimarães (idem), é essa disputa entre línguas e falantes. E essa relação entre sujeito e língua é permeada pelo conflito em que o sujeito instaura uma temporalidade, pois conforme diz Guimarães:

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2011, p. 17)

Guimarães (2011), propõe de certo modo, um afastamento em relação às teorias de Benveniste, que nesse caso específico da temporalidade, afirma que quem temporaliza não é o sujeito e sim o acontecimento. Pois para Benveniste, o sujeito ao enunciar organiza um passado e um futuro numa linha de sucessividade. Com esta noção, também se afasta de Ducrot, colocando em cerne a noção de história, ligando os estudos semânticos à consideração do texto, numa integratividade discursiva. Apresenta assim, a Semântica do Acontecimento (MACHADO, 2011, p. 28).

### **1.3 Semântica do Acontecimento – Aspectos teórico-metodológicos e procedimentos De Análise**

Ateremo-nos nas análises do nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” proposto como modelo de Nome Próprio enunciado nos recortes feitos da Carta Régia, Ata de Fundação, e notícia do Jornal Oeste, partindo, é claro, da teoria que nos sustenta, a da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018), que se reporta a Siptzer (1948):

- 1) toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento;
- 2) interpreta-se seu sentido na relação com o texto que está integrado;
- 3) chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição;
- 4) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte;
- 5) busca-se um novo recorte, etc., até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise.” (GUIMARÃES, 2011, p. 44 e 45).

Apresentamos pelas análises nesta pesquisa, seguindo as noções de recorte citadas por Guimarães (2002, 2011, 2018) a instalação do nome Vila Bela da Santíssima Trindade nos movimentos semânticos acontecidos nos documentos oficiais do Brasil à época da Colonização de mato Grosso e verificamos que o nome próprio para Guimarães (2002, 2011, 2018) designa, não somente nomeia.

Para Guimarães (2002, 2011, 2018) “Texto é uma unidade de sentidos que integra enunciados no acontecimento da enunciação”. Vimos que nos documentos históricos dos quais foram retirados os recortes analisados, que eles trazem em seu processo constitutivo a história de enunciações, acontecimentos por uma transversalidade que significa. Um modo de produção que relata no acontecimento um outro acontecimento, que neste caso é a instituição formal, oficial de “Vila Bela da Santíssima Trindade.” “A integração se faz pela relação transversal

entre elementos diversos e pela unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade.” (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Diante do exposto, analisamos o nome Vila Bela da Santíssima Trindade mostrando que o sentido do nome emerge pela enunciação num acontecimento histórico. Saber simplesmente a referenciação, a sua classificação morfológica não basta, pois é o significado que institui o ser. E é, para nós, essa análise de designação, segundo teoria do acontecimento que nos dá o sentido totalizado do nome próprio “Vila Bela da Santíssima Trindade”.

Veremos a partir deste momento os procedimentos aos quais recorreremos para analisar os recortes feitos sobre o nome próprio do município Vila Bela da Santíssima Trindade. São eles: Domínio Semântico de Determinação (DSD), Formação Nominal, articulação, Reescrituração.

### 1.3.1 Domínio Semântico de Determinação (DSD)

A designação, segundo a teoria da semântica do acontecimento, não é sinônimo de referência e denotação. Ela é o sentido que um nome produz ao ser enunciado, ou seja, ao funcionar enunciativamente. Diremos, assim, que a designação não instala um referente, pois em determinado acontecimento ela assume o sentido a partir da relação entre a língua e o real. Deste modo, a designação não é o sentido de um nome enquanto este se articula a alguma coisa como uma forma de etiqueta do real, a designação produz sentidos ao dizer o real, ou melhor, ao identificar o real no funcionamento da língua.

Em conformidade a Guimarães, (2018, p. 154) “a designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem”, portanto, o sentido do nome está conforme relações com as outras palavras enunciadas, na formação nominal, em suas predicções. Pois para essa teoria do acontecimento não se toma a palavra como unidade de análise, mas sim o enunciado.

Portanto, para apresentar a designação de uma palavra, nome, expressão, Guimarães (2018, p. 157), estabelece o procedimento de DSD (Domínio Semântico de Determinação), no qual segundo o autor, “considera as relações de atribuição de sentido que podemos encontrar entre as palavras de um texto, ou textos, com aquela que analisa”. Nesse processo verifica-se a atribuição de sentido do que se está analisando. Para tal procedimento Guimarães (2018) usa os sinais:  $\dashv$   $\vdash$   $\top$   $\perp$ . Sinais estes em que o nome que estiver na ponta do traço determina, atribui sentido ao outro nome à frente ao interromper o primeiro traço “Por exemplo  $x \dashv y$ ,  $x$  determina

$y, y \vdash x, x$  determina  $y$ ”. Também há o sinal “—” que usamos quando há uma relação de sinonímia e um traço contínuo “\_\_\_\_\_” quando indica uma antonímia entre o nome acima e o abaixo do traço.

O DSD é utilizado em nossas análises, justamente, porque acreditamos que os DSDs nos ajudam a perceber as determinações do nome e conseqüentemente atribuindo-lhe sentido.

### 1.3.2 Articulação

As relações de articulação funcionam no enunciado como a consistência interna que o constitui. Que para Guimarães (2018, P. 80) “a articulação é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”.

Então, na organização dessa consistência interna há para Guimarães (2018) três tipos de articulação: por **Dependência**, por **Coordenação** e por **Incidência**<sup>1</sup>. Segundo este teórico, a primeira ocorre quando há contiguidade na relação entre nome e predicado, e, ambos nomes são interdependentes, mas de mesma natureza, formando uma mesma unidade. A segunda articulação, a por coordenação, ocorre quando toma elementos de mesma natureza e os organiza como um só, no mesmo sentido, um complementa o outro de maneira coordenada num acúmulo de elementos contíguos.

Já a articulação por **Incidência**, envolve um outro elemento externo ao enunciado, indicando um modo de articulação com o contexto. Este elemento é demonstrado por Guimarães (2018, p. 82)<sup>2</sup>.

### 1.3.3 Reescrituração

A relação por reescrituração consiste em um modo de redizer (retomada) de um enunciado de forma diferente (em virtude da reescrituração). Conforme diz Guimarães (2018):

---

<sup>1</sup> Guimarães (2018, p. 80 a 85)

<sup>2</sup> Citamos o exemplo de Guimarães (2018, p.80 a 85) “especificamente por um enunciado recortado do poema “Autorretrato” de Manuel Bandeira. Nesse caso, o segundo elemento da quadra “Até mesmo escrevendo crônicas / ficou cronista de província”, “Até mesmo” para o autor é uma expressão que exerce uma opinião sobre o enunciado. Esse comentário traz a significação de que o alocutor, em questão, sustenta a ideia de que este poeta do texto de Manuel Bandeira, escreve mal, expressando uma opinião. (grifo nosso)

A reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, próprias dos modos de articulação (Ibdem, p. 85).

A reescrituração é um procedimento que se caracteriza por ser uma operação de linguagem que liga pontos de um texto a outros pontos deste mesmo texto, ou, pontos e expressões de um texto a ponto e expressões de outro texto (GUIMARÃES, 2007).

É este um procedimento pelo qual a reescritura atribui, predica algo ao elemento reescriturado e que, ao mesmo tempo, faz com que o elemento reescriturado atribua algo ao termo que o reescritura. Ou seja, a reescrituração é um procedimento de duas vias, que segue no texto e ao mesmo tempo apresenta um retorno próprio da temporalidade específica do acontecimento. A reescrituração, assim, opera no sentido de se tomar o texto pela via da transversalidade e não da segmentalidade ou contiguidade. Consideramos que a reescrituração pode ser por **repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição** (GUIMARÃES, 2018, p. 87).

A reescrituração por repetição acontece no momento em que uma expressão é repetida, redita. Numa relação sem contiguidade esse enunciado produz uma consistência interna que dá o sentido a essa repetição.

Já por substituição, conforme GUIMARÃES (2018), caracteriza-se pela retomada do nome de vários outros modos na constituição do sentido. Ela pode ocorrer por: a) Sinonímia - termos de mesmo sentido – As relações de sinonímia, entre elas hiponímia e hiperonímia, são constituídas pelo acontecimento enunciativo. “Julgo que podemos dizer que estes aspectos podem funcionar de modo semelhante para os casos de elipse.” (GUIMARÃES, 2018, p. 90); b) Especificação – “a reescrituração atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura” (GUIMARÃES, 2018, p. 90); Desenvolvimento – “uma relação de desenvolvimento pode ser vista pela expansão na escrituração” (GUIMARÃES, 2018, p. 91); c) Globalização ou totalização – é o caso da reescrituração por condensação. (GUIMARÃES, 2018, p.91); d) Definição – ocorre quando um termo ou expressão são definidos por outro termo ou expressão ao longo do texto. “(...) uma reescrituração por expansão a ser considerada

especialmente é a que estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado” (GUIMARÃES, 2018, p. 91).

A reescrituração por *elipse* – uma reescrituração que ao nosso ver em conformidade ao dito por (GUIMARÃES, 2018) “uma não repetição”, mas a omissão de uma expressão ou termo em alguma parte do texto.

Agora, outro modo de reescrituração é o de *expansão*, que traz de forma ampliada o sentido de um termo ou expressão no texto. Que traz em si a reescrituração por definição já conceituada acima.

E, enfim, para modos de reescrituração há em oposição a essa reescrituração anterior, a por Condensação. Esse procedimento ocorre quando um termo ou expressão é referido no texto de forma resumida.

Assim afirma o pai da enunciação do acontecimento:

[...] estes modos específicos não são privativos de nenhum tipo geral de reescrituração. Pode se ter especificação numa substituição ou numa condensação, por exemplo, assim como a substituição pode ser por “sinonímia”, ou por especificação e a expansão pode ser por enumeração ou desenvolvimento, por exemplo (GUIMARÃES, 2018, p. 93).

Conforme citação, verifica-se que há vários modos de reescrituração e vários modos de significar, no entanto não são correlatos. Um modo de reescrever pode vir constituído de outros sentidos.

### 1.3.4 Renomeação

A renomeação é parte constitutiva da história enunciativa do nome próprio, que conforme Guimarães (2018) se dá num litígio de línguas e falantes. Pelo exemplo citado em Guimarães (2018, p. 208 a 213) observa-se que há o agenciamento do falante na cena enunciativa que como efeito de dominação se sobrepõe à nomeação dada pelo alocutor-habitante.

Assim o nome São Vicente para a ilha, na terra do Brasil, é uma enunciação que traz um memorável litígio. No acontecimento de nomeação da ilha, podemos observar um litígio em que uma história enunciativa é negada no acontecimento que nomeia, ou seja, que renomeia (GUIMARÃES, 2018, p. 210).



Assim, segundo Guimarães (2018) o processo de nomeação e renomeação funciona segundo caráter político da enunciação em que um Enunciador universal instala oficialmente para todos um nome, enquanto que o alocutor-local tem a voz diluída pela dominação do colonizador.

A seguir apresentamos algumas considerações sobre como é tratado o nome próprio pela Gramática Tradicional e Teoria do Acontecimento.

#### **1.4 O Ensino do Nome Próprio: Livro Didático e Teoria do Acontecimento**

Observamos, a partir de experiências em ministrar aulas no Ensino Fundamental nas escolas do Estado de Mato Grosso, a necessidade de entender o sentido dos nomes não como até o momento tratado simplesmente como referente como tratado nos livros didáticos, mas sim por sua enunciação histórica instituída no ato do dizer.

O livro didático traz estudos baseados simplesmente na referência e categorização das palavras, feitos pela normatização da Língua como oficial. O Ensino do Nome Próprio vem sendo estudado como uma nomeação individual, por referência a um indivíduo especial, único. Mas que, no entanto, fragmentado, isolado de sua história enunciativa. Conceito repercutido pela Gramática Normativa como:

Substantivo próprio é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. Assim, um nome João, Isabel ou Açores só acidentalmente se aplicará a várias pessoas ou ilhas não porque estas apresentam características comuns que as identificam como membro de uma classe ou conjunto específico. Por isso cada João, cada Isabel e cada Açores é uma pessoa ou ilha considerada inconfundível para as demais. São materialmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes (BECHARA, 2004, p. 113)

Com o estudo advindo da Linguística Moderna a partir da década de 50 houve mudanças nas teorias do desenvolvimento do aprendizado que até então pela Gramática Tradicional era somente um ensino transmitido sem consideração ao meio social-histórico do educando. Isso ocorreu devido aos estudos de Piaget e Vygotsky. Conforme Rangel (2005):

Não por acaso, as teorias da aprendizagem acabaram por estabelecer, para toda a educação, o imperativo metodológico de tornar a estrutura e a organização

do ensino (da aula ao planejamento curricular) compatível com a lógica e o funcionamento dos próprios processos de aprendizagem. Nesse sentido, o ensino de Português não pode mais desconhecer, nos passos e atividades que propõe ao aluno, o que já se sabe sobre as condições sócio interacionais e os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, tanto oral quanto escrita (Ibidem., p.16).

A partir de então, no decorrer do tempo, a Gramática Normativa vem sendo modificada pelos estudos feitos por muitos teóricos, mas cada qual com sua perspectiva. Mas mesmo com tantos estudos o ensino é ainda vinculado pela Gramática Normativa, referencialista. Apesar de que a partir dos anos 90, pela avaliação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) iniciou-se a contextualização da gramática pelas variedades dos gêneros textuais, uma linguística textual. Que também a partir daí constituíram-se os PCNS que trazem para os dias atuais um estudo textual, levando em consideração alguns conceitos relativos aos estudos semânticos.

Esse "status" do Ensino vem se modificando nos últimos anos, pois a Semântica está lentamente sendo inserida nos livros didáticos do Ensino Fundamental Brasileiro. Diríamos assim, que até mesmo de maneira superficial, sabendo que a preocupação do currículo em tratar a língua somente pelo viés de conteúdos relacionados à ortografia, à acentuação, às classes gramaticais, à regência e concordância nominal e verbal é priorizada.

Há Mudanças no currículo que só foram significadas devido à sustentação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2007), conforme é possível observar na sequência:

[...] com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, a linguística ganhou destaque no conteúdo programático, visto que ela propõe um trabalho cujo enfoque é aprimorar a capacidade de compreensão e expressão dos alunos em situações de comunicação, isto é, facilitar sua interação na sociedade (OLIVAN, 2009).

Ao incentivar a importância da Semântica para a interpretação e análises linguísticas (grifo nosso) citaremos aqui para efeito de averiguação a coleção Português, Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso. Cereja, Dias Vianna e Damien. E nos estudos que fizemos observamos que há a nomeação semântica, mas não é o que efetivamente é feito.

Portanto, observando esses livros vemos que ao intitular os capítulos os autores trazem títulos referentes à Semântica, como “Semântica e discurso”, mas são avanços muito superficiais, com conceitos relativos à semântica, como: sinonímia, antonímia, campo

semântico, hiponímia, hiperonímia e polissemia. Como exemplo, temos o conceito dado para Sinonímia: "sinonímia consiste em palavras diferentes terem sentidos semelhantes, constituindo os sinônimos" (CEREJA, DIAS VIANNA e DAMIEN, 2016, p. 138). Inicialmente parece um conceito simples e classificatório, pois os autores endossam em seguida que *“É importante saber que não há sinônimos perfeitos, isto é, palavras com significados completamente iguais. Utilizar uma palavra ou outra implica uma escolha entre os possíveis sentidos que cada uma pode evocar”*. Consideramos esta abordagem um pequeno avanço para o ensino da Língua Portuguesa, mas que deve ser tratada com cuidado pelos professores para que não se torne uma simples classificação gramatical, pois trazer a Teoria do Acontecimento para dentro dos “portões” das escolas de ensino fundamental é mostrar que há outros modos de se observar o funcionamento semântico do Nome Próprio. Um funcionamento semântico que significa a designação do Nome.

Com base na Teoria do acontecimento vemos que o nome próprio não é simplesmente uma nomeação por convenção, conceitos fragmentados, fora do discurso, sem situações enunciativas reais, apresentando simplesmente o que seria cada palavra separadamente em dicionários, que conforme livro didático, especificadamente citado anteriormente apresenta:

Em nossa língua, existem várias classes de palavras. Dicionário, avental, mochila, livros, estojo, maçã, vontade, pertencem à classe dos **substantivos**. Do ponto de vista semântico, os substantivos podem ser conceituados assim: **Substantivos** são palavras que nomeiam seres, qualidades, sentimentos e processos. (CEREJA, DIAS VIANNA e DAMIEN, 2016, p.27)

Estes autores afirmam a categorização da palavra e sequencialmente tentam mostrar pela semântica um conceito vinculado ao conceito perpetuado pelos livros didáticos que trazem a normativa da língua. Observamos que esse estudo voltado para o sentido, no contexto, exigido pelo PNL, PCNS, e outros planos que obrigam o Ensino da Semântica no Ensino Fundamental e Médio, vem fazendo uma mistura do sentido dos nomes com a apresentação do objeto.

Ensino que para Guimarães “se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar [...] que a significação, o sentido seja um modo de apresentação do objeto” (GUIMARÃES, 2002, p. 91). Para este teórico a linguagem é construída enunciativamente e não de forma referencialista que é “o processo enunciativo que constitui os nomes próprios e seus sentidos” (GUIMARÃES, 2018, p. 174). O teórico ainda

assevera que o processo enunciativo se define pela história enunciativa do nome próprio, o acontecimento da nomeação, o recorte do memorável e a designação do nome.

A relação não é de uma forma linguística, simplesmente, mas de uma forma linguística em virtude do que significa por sua história de enunciações, na qual a enunciação nomeadora não se desvincula do nome atribuído, não como uma etimologia, mas como uma atribuição de sentido e identidade” (GUIMARÃES, 2018, p. 197).

Segundo Fiorin (2002, p. 166), “*o estudo do uso da língua é absolutamente necessário (...)*”. Concordamos com Fiorin, mas para nós o estudo dos nomes próprios no acontecimento do dizer se dá a partir do funcionamento enunciativo de um nome e não somente a partir do “uso” da língua. É importante mencionar que para a semântica histórica enunciativa os sentidos são produzidos a partir do funcionamento da língua pela linguagem na relação entre língua, história e enunciação. Os sentidos não se dão a partir de aspectos pragmáticos de uso, nem do referencialismo ou mesmo do valor de verdade. É decisiva tal questão. O nome enquanto elemento que significa via a noção de designação não se dá enquanto algo que organiza um estado de coisas no real, mas sim, enquanto elemento que identifica o real e o significa na e pela linguagem.

Agora, como considerar o ensino do nome próprio via perspectiva de uma semântica enunciativa, se o currículo ainda considera a gramática normativa? Essa questão nos incomoda muito, pois os PCN 's já estimulam, mesmo que teoricamente, a linguística para o campo teórico dos livros didáticos considerando os signos conforme Saussure. Acreditamos nesse início, mas que já tardio devido à consideração das provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), mas ainda, na prática de análise, mostramos como o Nome Próprio se instala na teoria do acontecimento.

Então, se fôssemos tratar o nome Vila Bela da Santíssima Trindade conforme gramática normativa, o nome traria somente a referência. Mas vemos que Guimarães (2018) pela filiação na semântica histórica da Enunciação considera o nome próprio a partir do acontecimento, “ser tomado pela linguagem em virtude do que uma expressão significa num enunciado específico de um texto específico” (GUIMARÃES, 2018, p. 153). O nome próprio para ele não é meramente classificado por uma definição, mas sim um acontecimento de enunciação que faz referência a um objeto único com toda a sua história.

Nessa abordagem enunciativa tomada por GUIMARÃES, também consonante, Dias (2016, p.33) reafirma que “Um nome designa algo na medida em que se associa a esse nome uma história de enunciações na qual ele está envolvido em tempos e lugares díspares.”

[...] é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Aqui o sujeito no espaço enunciativo diz por um memorável, mas diz não como consciente do que diz, mas agenciado pela cena enunciativa diz o já dito em outro momento histórico de linguagem.

Para Oliveira (2007, p. 56):

Os sentidos não são determinados por nossa vontade, mas pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história. Considerando que há sempre outros discursos presentes no nosso. Discursos proferidos em outro lugar e que são constitutivos do sentido de “nossos” discursos.

Em compreensão ao que diz Oliveira (idem), percebemos que a nomeação não acontece por acaso, simplesmente por convenção. Mesmo os nomes próprios sendo inicialmente como a gramática Normativa os define como um nome único, mas que pela teoria do acontecimento e como diz Oliveira (2007), os sentidos do nome não são por vontade dada pelo Locutor, mas pelo memorável presente em seus discursos.

## SEÇÃO II

### CONTEXTO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Começo por dizer que não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome (GUIMARÃES, 1992, p. 16).

Pensar a nomeação do município de Vila Bela da Santíssima Trindade é trazer para a atualidade um memorável que a apresenta como a primeira Capital do Estado de Mato Grosso. É valorar o que este nome significou e significa na história.

Para entendermos os sentidos do nome Vila Bela da Santíssima Trindade, nos valem inicialmente de acontecimentos narrados por vias históricas e geográficas que enunciativamente originaram este nome. Portanto, foram os descobridores das minas de Mato Grosso, os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, sujeitos-bandeirantes, que em expedição se depararam com mata densa, com árvores altas, no vale do Guaporé. E, portanto, fundaram a vila em 1734 à margem direita do Rio Guaporé, que em 1747 recebeu foros de Vila.

[...] toparam com matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquelle distrito. (FONSECA, 1780, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XXIX, p. 354, 1866 (Grifo nosso – Brasil Colônia).

Por isso, nomearam o lugar por uma descrição metonímica de “mato grosso”, uma expressão que caracteriza a vegetação local. Guimarães (2018, p. 8) diz que: “Segundo penso, no funcionamento dos nomes próprios, é decisiva a cena de enunciação que nomeia, ou seja, é fundamental se considerarem as relações dos lugares de enunciação do acontecimento que nomeia algo”. De acordo com o linguista, há sempre uma relação particular do locutor-x com o nome que se estabelece na cena enunciativa. E isso ocorre não somente por um locutor-x, mas também por locutores moradores, colonizadores, havendo assim processos de renomeação.

Ainda, conforme nos diz Guimarães (2018), o nome passa por processos enunciativos e reescrituras necessárias à sua designação. Então, partindo de tal princípio norteador, Dias (2018), diz que a perspectiva da existência, criada pela teoria da enunciação, se configura pelos referenciais históricos da significação para compreendermos o mundo. Dessa maneira, um

nome passa a dar existência tanto histórica quanto enunciativa a um lugar ao significá-lo por um processo de nomeação, que pode se dar por modos distintos e por lugares distintos de enunciação. Por assim dizer, Karim (2013), afirma que a aparente relação nome/coisa, que descreve algo no mundo, não basta para explicar o funcionamento semântico linguístico de um acontecimento de nomeação. Também não basta essa simples ação do indivíduo, conforme dito acima, pois segundo teoria na qual situamos, os sentidos do nome são construídos historicamente na/pela enunciação.

Dito isso, passemos agora à consideração, de modo breve, da história que conta sobre as Capitâneas e a colonização pelo interior do estado de Mato Grosso como um meio de avançarmos para o caminho de nossas análises.

## **2.1 A colonização do mato grosso e fundação da sua primeira capital**

Para colonização do Brasil, a coroa Portuguesa criou as companhias hereditárias. Portugal resolveu, pela vastidão das terras, doá-las aos nobres que com suas bandeiras adentraram os sertões do interior do Brasil à procura de mão de obra indígena, escravos africanos fugidos e também metais preciosos. Os Bandeiras eram grupos de homens organizados em expedições particulares que eram compostas pelos paulistas, por estrangeiros, ou fugitivos da justiça.

Foi em 1718 que o bandeirante Antônio Pires de Campos chegou à região do Coxipó-Mirim para aprisionar os índios Coxiponés para levar para São Paulo. No ano seguinte, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral avançou por essa região também à procura do índio coxiponé, e acabou encontrando ouro. Segundo o cronista Barbosa de Sá, os homens da bandeira ao lavarem os seus pratos no rio Coxipó acabaram encontrando o ouro por acaso.

Por tais expedições, a região do Guaporé foi ocupada desde 1732 pelos irmãos Paes de Barros quando procuravam índios para escravizar. Assim, à procura dos Parecis descobriram as minas de Mato Grosso. O governo de Portugal foi então informado sobre essas terras que pertenciam à Espanha e então planejou a fundação da Capital da capitania desse sertão para que com o usis possedetis obtivesse posse destas terras. Consequentemente com a descoberta das Minas, adentraram a mata chegando às margens do Rio Guaporé, lugar que por se encontrar um sítio denominado por Pouso Alegre, e assim fundou-se ali Vila Bela da Santíssima Trindade.

Na cidade de Vila Bela, destinada a ser capital da província, os habitantes maravilhados viam simultaneamente erguer-se do chão o palácio [...] e a 50

léguas nas margens do Guaporé como por encanto aparecia a fortaleza do Príncipe [...] cercada por todos os lados de pantanais; mas o forte, que foi terminado, impressionava vivamente o viajante (FLORENCE, 2007, p. 320).

Como narrado anteriormente, não foram só pelos motivos de haver veias auríferas que esse lugar foi escolhido para ser a Capital da capitania de Mato Grosso, e sim, como diz Silva (2005), por ainda pertencer à colônia espanhola que por ser um lugar de mata densa, estava abandonado, mas seria através da construção e povoamento da capital, que Portugal asseguraria a posse de todo o interior de sua colônia. Com isso, em 13 de janeiro de 1750 foi assinado pelos dois reinos o Tratado de Limites de Conquistas, mais conhecido como Tratado de Madri, com base no *usis possidets*, formando uma nova configuração para o território do Brasil/Colônia. Acontecimentos que permitiram aos colonizadores portugueses construir novos caminhos que interligaram a Colônia de norte ao sul, leste ao oeste. Foi então organizada uma fronteira humana. A Vila, então, foi habitada por uma população mestiça de escravos, índios, mulatos, pessoas atraídas pela não execução das dívidas feitas fora da “Vila”, o não pagamento dos direitos de entrada, a isenção do pagamento de dízimos:

De acordo com Provisão Régia de 5 de agosto de 1746, vários incentivos foram dados às pessoas que optassem por fixar moradia ali, entre os quais pode-se citar: Pagamento de meio quinto ou meia captação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dívidas contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos. A coroa portuguesa de tudo fez para que as pessoas fossem se estabelecer na Vila-Capital e com assim garantir a posse efetiva da região para os lusitanos. Visto que de acordo com o tratado de limite de 1494, o de Tordesilhas, estas terras pertenciam oficialmente à coroa da Espanha, por isso era importante para os portugueses a criação de uma vila no Extremo Oeste que auxiliasse o povoamento (SILVA, 2005).

Mato Grosso, onde estava localizada Vila Bela, além de colônia, foi aludida por Portugal como “a chave do propugnáculo do sertão do Brasil” pela parte do Peru, segundo instruções aos capitães-generais, feitas pela rainha D. Mariana da Áustria para D. Antônio Rolim de Moura no ano de 1749. Pela importância deste lugar, houve então uma articulação da capitania de Mato Grosso ao território espanhol e, simultaneamente, a América portuguesa por meio das Bacias Amazônica e Platina.

É no momento conhecido pela organização histórica como o Iluminismo, no século XVIII, que Vila Bela da Santíssima Trindade, surgiu como Capital da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Contexto este atingido pela maneira de planejar ambientes urbanos que a nova Vila-



Capital foi edificada no extremo Oeste das terras portuguesas na América do Sul, respondendo às questões da política de demarcação de território de Portugal, e assim, por tal importância histórica, merece ser estudada.

Com a exploração das minas, mesmo com o Tratado de Tordesilhas (1494), delimitando territorialmente a divisão colonial entre Portugal e Espanha, para alcançar mais minas auríferas fixaram novos limites geográficos, com a movimentação de fronteiras humanas, garantidos mais tarde pelo Tratado de Madri (1750). Portugal, então, intencionalmente por fins territoriais, isto é, percebendo o abandono das terras pela Coroa Espanhola, instituiu a Capital Vila Bela da Santíssima Trindade, nesse espaço, para aumentar as terras portuguesas. Um lugar hostil, fechado por matas, não era atrativo aos vizinhos. Primeiramente seguindo as ordens da Coroa portuguesa foi nomeado para Governador da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, o primeiro Conde de Azambuja, que foi escolhido por possuir nobreza, conforme diz Meirelles (1989):

[...] tratava-se de um homem da mais alta estirpe da nobreza portuguesa, com uma formação cultural e científica excepcionalmente requintada. Sua escolha não foi, por isso mesmo, simples política, mas decorreu de pressões do Conselho Ultramarino que, frisando a importância estratégica da nova Capitania, recomendava que fosse dirigida por governador “distinto e inteligente” (MEIRELLES, 1989, p. 128-129).

Contudo, a capital “Vila Bela da Santíssima Trindade” foi planejada ainda na Europa e edificada por D. Antônio Rolim de Moura que a governou entre 1748-1765, com todo aparato para ser a “Vila” que seria a Capital da capitania de Mato Grosso. Sua edificação era a representação maior da posse da coroa portuguesa no extremo Oeste do Mato Grosso, há 521 km de Cuiabá. Entretanto, Rolim de Moura, talvez atentando-se particularmente às questões de fronteira, a edificou muito próximo ao rio Guaporé. Isso fez com que a “Vila” sofresse com os infortúnios das cheias guaporeanas, tornando-se um lugar insalubre. No entanto, conforme Carnova (2010) Rolim de Moura em seus escritos não enfocava as mazelas sofridas naquele lugar até mesmo inóspito, e sim seu zelo e persistência.

[...] apesar de não manter uma relação efêmera com a Capitania, pois nela permaneceu por treze anos e, ao terminar seu período de governo, não retornou a Lisboa – tudo fez para acrescentar as representações negativas à difícil tarefa de trabalhar na fundação da Vila Capital (Vila Bela da Santíssima Trindade) e demarcar a fronteira (mais oeste de toda a Colônia), com propósito de chamar a atenção das autoridades portuguesas, de elevar seu trabalho de com o funcionário real, sendo isto uma prática corrente entre os funcionários da

Coroa. É certo que os padecimentos foram reais, porém não houve da parte de Rolim intensão de atenuá-los (CARNOVA, 2010, p. 38).

Conforme Silva (2005), logo que a “Vila” começou a ser edificada, a vida de seus moradores passou a ser regulamentada por um minucioso código de posturas, contido nas suas Posturas Municipais, colocadas em prática a partir de 1753. D. Antônio Rolim de Moura Tavares, o primeiro governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, elegeu o lugar em que seria edificada a “Vila” por parecer ter um clima menos doentio que dos arraiais (refere-se aos antigos arraiais mineradores, localizados na serra de São Vicente, local onde se deu início a colonização da região denominada Mato Grosso).

De acordo com Afonso Veiga (2001), a cidade além de estar quase na margem do Guaporé, e:

[...] ser defensível, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeira, ter na sua proximidade, grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavouras, tornava este local perfeito para ser Vila-Capital.

Ainda nas palavras de Afonso Veiga (2001):

Em 19 de março de 1752 a Vila-Capital começa ser erigida e passa a ter o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade. De acordo com Provisão Régia de 5 de agosto de 1746, vários incentivos foram dados às pessoas que optassem por fixar moradia ali, entre os quais pode-se citar: Pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dívidas contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos. A coroa portuguesa de tudo fez para que as pessoas fossem se estabelecer na Vila-Capital e com assim garantir a posse efetiva da região para os lusitanos. Visto que de acordo com o tratado de limite de 1492, estas terras pertenciam oficialmente à coroa da Espanha, por isso era importante para os portugueses a criação de uma vila no Extremo Oeste que auxiliasse o povoamento. [...] No início, a vila se resumia a um tronco de piúva, servindo de pelourinho. Fincado no meio do descampado, sinaliza o centro da futura praça [...].

Silva (2005) afirma que a cidade de Vila Bela, então um dos arraiais e povoados da Repartição de Mato Grosso, em 1772, ano da chegada de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, era habitada por cerca de 4.200 pessoas, sendo em sua maioria homens. Devido à população ocupante, a Vila era visivelmente mestiça, pessoas atraídas, ou mesmo escravizadas, para servirem como fronteira

humana, 2/3 de seus habitantes eram negros, índios e mulatos. Estes eram quem ocupavam as mais diversas funções na vila, trabalhando como pedreiros, barbeiros, ambulantes, domésticos, entre outras atividades. Por sua vez, a população branca, que representava 1/3 do total dos habitantes, se dedicava ao comércio e à mineração ou exercia funções ligadas a órgãos governamentais.

A Vila enquanto Capital da Capitania tinha como subsistência as plantações agrícolas e seu abastecimento era feito pela Companhia de comércio Grão-Pará e Maranhão que ao trazer produtos advindos até da Europa, levava de volta o ouro extraído nas Minas de Vila Bela. No entanto, devido à escassez do ouro e à insalubridade causadas pelas cheias do Rio Guaporé, a população começou a adoecer e a Companhia de Comércio deixou de fazer o abastecimento da Capital.

Devido a essa situação, conforme Silva (2005), em 1835 Cuiabá torna-se a Capital e Vila Bela é renomeada por província de Mato grosso, mas em 29 de novembro de 1978, pela Lei Estadual de Nº 4.014, volta a ser uma cidade e o nome também volta a ser “Vila Bela da Santíssima Trindade”.

No entanto, esses não foram motivos suficientes para que o poder religioso se ausentasse, pois, como sendo colônias lusitanas, tudo era regulamentado em acordo com as regras da Igreja, pois era essa instituição que determinava a hora de abrir e fechar as casas comerciais. Tudo de acordo com o país colonizador, inclusive ao recortarmos o nome “Vila Bela Da Santíssima Trindade” percebemos que em seu predicado há a reverência à Santíssima Trindade que se refere à religião do Colonizador Português ao qual fez a nomeação da Vila-Capital.

Como Vila Bela foi criada por pretensões régias de garantir a fronteira Brasil/Espanha, e por população ser constituída por africanos, a cidade hoje em dia cultiva ainda suas tradições e cultura, tendo como festas populares a do São Benedito, em que em celebração são exibidas as danças do Congo e do Chorado.

Hoje Vila Bela da Santíssima Trindade, conforme diz o Jornal Oeste<sup>3</sup>, pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com seus poucos mais que 16.000 habitantes, é considerado um dos lugares de maior potencial turístico de Mato Grosso com o Patrimônio histórico protegido desde 2006, como as ruínas da Igreja Matriz, construída há mais de 200 anos, no período da transição da Capital de Vila Bela para Cuiabá. Além de muitas cachoeiras, inclusive a considerada a quarta maior cachoeira de Mato Grosso, a do Jatobá,

---

<sup>3</sup> Jornal Oeste - Seu portal de notícias do Oeste de Mato Grosso.

situada no parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, isto em consonância ao que diz site <<https://www.vilabeladasantissimatrinidade.mt.gov.br/A-Cidade/Historia/>>.

## **SEÇÃO III**

### **A VILA - UM FUNCIONAMENTO DE SENTIDOS POSSÍVEL**

#### **3.1 Do corpus**

O corpus constitui-se por Recortes da carta régia de 5 de agosto de 1746, da Ata de Fundação de “Vila Bela da Santíssima Trindade”, lavrada no dia 19 de março de 1752 e também de um artigo do Jornal Oeste de 19/03/2021. Recortes estes que se dão em acontecimentos específicos e que nos permitem observar com maior atenção os sentidos produzidos no funcionamento enunciativo de nomeação de “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Para tanto, tomamos como lugar específico de início de nossas análises a configuração da cena enunciativa que se dá no presente do acontecimento dos textos selecionados. Em se tratando do corpus como já dito inicialmente traremos recortes da Carta Régia de 5 de agosto de 1746, da Ata de Fundação de “Vila Bela da Santíssima Trindade” e do artigo do Jornal Oeste de 19/03/2021. Portanto, os recortes serão aqui identificados no processo da ordem analítica que fizemos dos fatos.

Veremos, então, que os recortes selecionados vêm reportados com sentidos que serão analisados a partir dos procedimentos de análise mencionados anteriormente. E que também trazem para a cena enunciativa a necessidade/importância da fundação desta “Vila” para o momento histórico e político do Brasil, a expansão e proteção territorial de nossas fronteiras com a Espanha. Como modo de análise trazemos para cada recorte o desenho da descrição da cena enunciativa e por conseguinte os respectivos DSDs que vem demonstrando as determinações sofridas na constituição dos nomes analisados nos recortes escolhidos.

#### **3.2 Os sentidos na determinação de criação da Vila**

Começamos, contudo, pela determinação da Coroa Portuguesa para a construção de uma “Vila” no Distrito de Mato Grosso, isso já sabendo da necessidade dessa construção justamente no Oeste do Distrito. Por isso, o Rei ordena e faz cumprir sua ordem pela Carta Régia de 05 de agosto de 1746. Este recorte é parte desta Carta Régia que está em anexo na íntegra ao final desta dissertação.

(R1):

CARTA RÉGIA DE 5 DE AGOSTO DE 1746, mandando fundar a Vila no distrito de Mato Grosso Dom João, por graça de Deus, El Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, etc. Faço saber a vós, D. Luiz de Mascarenhas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que me sendo presente algumas contas que deu o ouvidor que foi da Comarca do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, e atendendo à informação que dela me destes sobre a qual foram ouvidos os meus Procuradores da Fazenda e Coroa, fui servido por Resolução de vinte e sete de Junho do presente ano tomada em Consulta de meu Conselho Ultramarino de 30 de Janeiro de 1741 e de 26 de Janeiro do presente ano, mandar erigir uma Vila no distrito de Mato Grosso, em sítio em que se julgar mais conveniente[...]. Determinado o sítio para a fundação da Vila fará ele Ouvidor eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra, na forma que dispõe a ordenação e hei por bem haja na dita Vila dois juizes ordinários, dois vereadores, e um Procurador do Conselho, que sirva de Tesoureiro e um escrivão da Câmara, que sirva também de Almotaçaria, um escrivão do Público Judicial e Notas, que sirva também das execuções enquanto a povoação não crescer de sorte que seja necessário fazer mais oficiais de justiça, [...] o que vos participo, ordenando -vos que parte que vos toca assim executeis, e façais executar, e da vossa parte promovais o aumento da dita Vila e deis conta do que se obrar, e do mais que entenderes é conveniente ao mesmo fim. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Alexandre de Melo de Souza e Menezes e Rafael Pires Pardino, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou em duas vias. Luís Manoel a fez em Lisboa a cinco de agosto de mil setecentos e quarenta e seis. O secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. – Alexandre de Melo de Souza e Menezes – Rafael Pires Pardino. (Carta na íntegra em anexo).

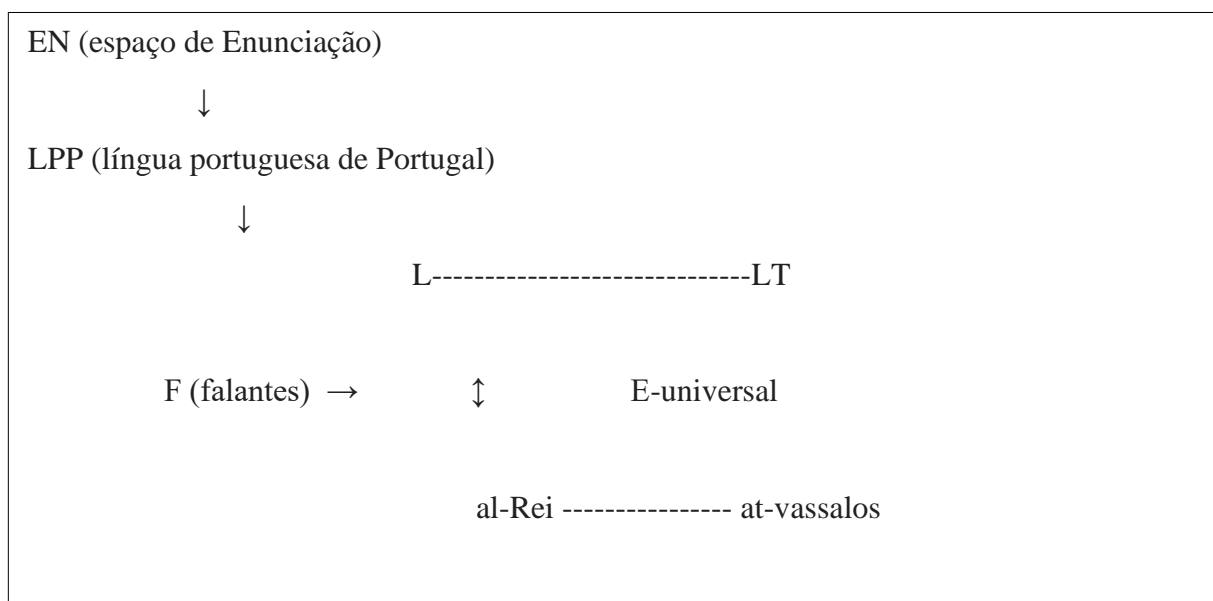
Inicialmente descrevemos a cena enunciativa da Carta Régia de 05 de agosto de 1746 como um todo, conforme Guimarães (2018, p. 49) “o acontecimento da enunciação, como dissemos, se caracteriza por ser o funcionamento da língua num espaço de enunciação”. E esse acontecimento, se dá no espaço de enunciação da Língua Portuguesa no Brasil.

A cena Enunciativa desse acontecimento se caracteriza pelo agenciamento das seguintes figuras enunciativas: o alocutor-Rei de Portugal diz sob a perspectiva de um enunciador-universal, ou seja, o lugar de dizer daquele que ordena, que determina o que deve ser feito em nome da Monarquia Lusitana. Por outro lado, temos respectivamente o dito do al-Rei para at-Governador da província de São Paulo e at-vassalos. Assim, aquilo que se enuncia na Carta Régia é significado enquanto ordem do soberano para seus vassalos na colônia de Portugal. Ou seja, a determinação de fundar uma Vila no distrito de Mato Grosso. Uma alocação em que o alocutor-x que fala do lugar do al-Rei assimila o lugar de dizer da Coroa Portuguesa, o lugar que não se questiona, o lugar que ordena, determina aquilo que deve ser feito pelos seus subalternos, seguindo as condições especificadas nesse acontecimento da Carta Régia.

A configuração desta cena enunciativa se dá pelo dizer do al-Rei que sendo o representante Mor da Coroa portuguesa, diz do lugar de enunciador-universal, aquele que diz para todos, que seu dizer sobrepõe aos dos outros, os subalternos, mas que se submete antes ao dizer do seu Conselho Ultramarino. Nesse sentido, essa cena enunciativa configura os falantes aos direitos e modos de dizer o que dizem no acontecimento, ou seja, o al-Rei é autorizado a dizer o que diz, mandar/ordenar por resolução do mesmo Conselho a construção da “Vila” no distrito de Mato Grosso. É possível observar nesse acontecimento as marcas da imperatividade, que garante a performatividade desse dizer, e essas são marcas construídas pelo funcionamento do político na linguagem, as quais apresentam o lugar do regime Monárquico construído pelas relações sociais de poder constitutivo pelo lugar simbólico da Coroa Portuguesa. Para, então observar esse funcionamento, apresentamos alguns recortes da carta acima: “Hei por bem que os Oficiais da Câmara que servirem na Vila que **mando fundar** no sítio de Mato Grosso, [...] enquanto Eu não dispuser o contrário, o que vos participo, **ordenando-vos** que parte que vos toca assim executeis, e façais executar [...].” Faz-se também aqui a enunciação de um Enunciador Individual que diz enquanto falante que podemos assim dizer, “assina” a enunciação, (grifo nosso) diz para todos, ordena e faz cumprir suas ordens.

Retomemos a análise da cena enunciativa em que acontece esta enunciação. A cena enunciativa apresenta o falante que enuncia enquanto alocutor-Rei que fala do lugar de dizer do enunciador-universal para os at-vassallos, fazendo cumprir suas ordens.

Desse modo temos uma configuração enunciativa que apresenta a enunciação no espaço de enunciação da língua portuguesa no Brasil. Na qual o falante se apresenta como se segue na cena em que os símbolos como a seta indicam os espaços e os falantes na cena.



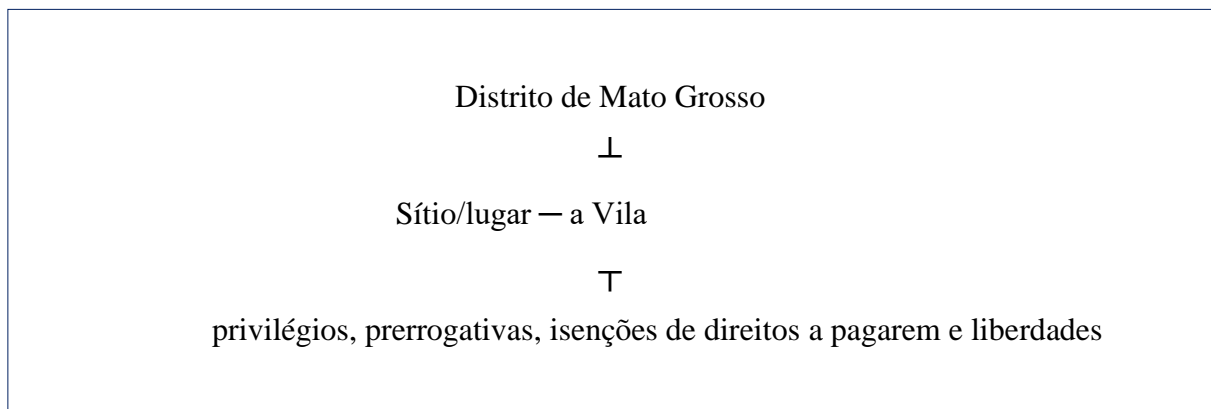
Vemos também o R2 retirado também da Carta régia de 1746:

(R2):

Fui servido por Resolução de vinte e sete de junho do presente ano tomada em Consulta de meu Conselho Ultramarino de 30 de janeiro de 1741 e de 26 de janeiro do presente ano, mandar erigir **uma Vila** no Distrito de Mato Grosso, em sítio que se julgar mais conveniente o qual parte do Cuiabá tenha por termo o Cubatão (sic) desembocadouro do Jaurey e por desejar fazer mercê e favorecer meus vassallos assistentes em parte tão remota que habitarem **a Vila** que mando fundar. Hei por bem de lhes conceder todos os privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades adiante declaradas.

Uma primeira observação a ser considerada de como a Vila é significada e reescriturada no R2, é a de que o al-Rei diz sobre “vila”, que nesta expressão está significando ao ter nas formações nominais os artigos como convergentes<sup>4</sup>. Portanto num primeiro momento diz de “uma Vila” a ser construída no Distrito de Mato Grosso, num local ainda a ser escolhido “[...]mandar erigir **uma Vila** [...]”, no entanto na sequência enunciativa o al-Rei já a define, pois ao dizer “a Vila”, diz de uma Vila específica, “[...] por desejar fazer mercê e favorecer meus vassallos assistentes em parte tão remota que habitarem **a Vila**[...]. E também por tal importância para os desejos da Coroa Portuguesa foi especificada “[...] Hei por bem de lhes conceder todos os privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades adiante declaradas.”

Então, a fundação da “Vila” ao ser enunciada do lugar de dizer do alocutor-Rei, considerando os direitos e modos de dizer desse lugar enunciativo do dizer, “a Vila” passa a significar aquilo que a predica neste recorte, ou seja, o lugar que irá “conceder todos os privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades adiante declaradas” nos itens 1, 2, 3, 4, 5 da Carta Régia. Nesse sentido, é possível dizer que a criação da “Vila” é de grande importância para a coroa portuguesa. Podemos assim, considerar o DSD1 que se segue:





Onde se lê: Distrito de Mato Grosso determina sítio/lugar enquanto sinonímia de Vila, que por sua vez é também determinada por privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades. A saber são determinações que trazem as condições humanas para os habitantes da “Vila”, bem como as oportunidades de se livrarem de impostos e taxas que a coroa portuguesa cobrava dos trabalhadores nas minas do Vale do Rio Guaporé, lugar onde situaria a então “Vila”. “Vila” esta, idealizada pela coroa para ser o marco da divisa com a Espanha naquele sertão no Oeste de Mato Grosso.

### 3.4 As especificações da Vila

Considerando que “Vila era um aglomerado mais adensado que arraial e revelava força religiosa ou civil, sendo constituída por uma câmara municipal responsável pela gestão do espaço e dos homens” (JESUS, 2011, p.15), e que capital pelos costumes europeus se daria em uma Cidade, e Cidade é uma dimensão maior que Vila, vemos o quão era lógico por estratégias geopolíticas a rapidez da fundação de uma Vila na Capitania de Mato Grosso.

No entanto, para fundar a Vila teria que ter a escolha de um sítio, uma das especificidades da urbe Portuguesa e colonial, que traz as especificações de como era uma “Vila” na época da instituição do lugar que seria a fronteira humana para a posse portuguesa daquele território ainda espanhol. Além disso, para refletir a urbanização a Vila teria também que ter duas ou mais instituições como igreja matriz e câmara.

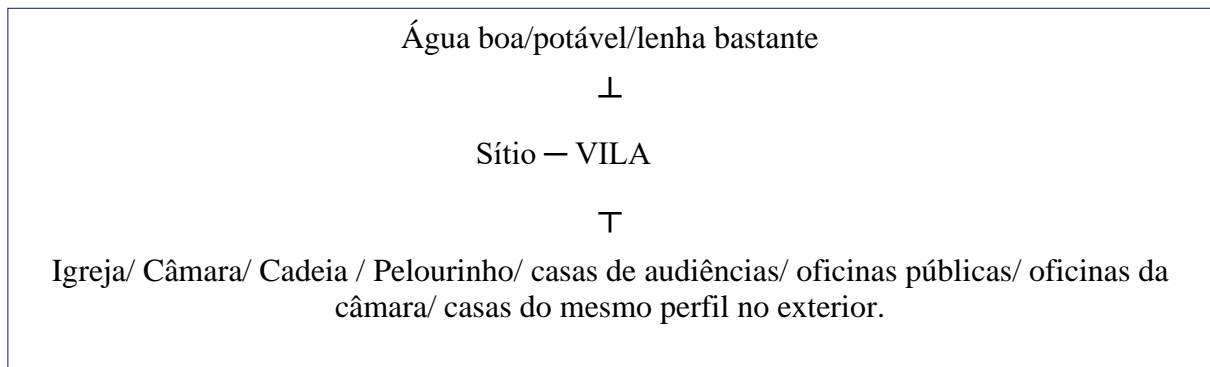
Assim é possível dizer que a “Vila” a ser fundada foi erigida em um sítio no distrito de Mato Grosso e, ainda, as especificações do al-Rei para a “Vila” foi o de lugar de concessões que permitiria aos seus moradores uma série de direitos que foram reescriturados por numeração nos itens 1, 2, 3, 4, e 5 do R3 da Carta Régia.

(R3):

(...) O sítio que eleger para a fundação da dita Vila seja o mais saudável, e em que haja a boa água para beber, e lenha bastante, e se determine o lugar da praça no meio da qual, se levante o pelourinho e assinale área para o edifício da igreja capaz de receber competente número de fregueses, quando a povoação se aumente, e fará logo ele Ouvidor delinear por linhas retas, a área para as casas se edificarem deixando ruas largas e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta área, as que se devem fazer para a Câmara, Cadeia, casas de Audiências e mais oficinas públicas, e os oficiais da Câmara depois de eleitos darão os sítios que se lhe pedirem para casa e quintais nos lugares delineados e as ditas casas em todo tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior fará cada morador à sua vontade, de sorte que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas (...).

Tomemos o R3, para vermos que por meio deste al-Rei, um enunciador-universal que por seu dizer diz do lugar autorizado pela Coroa Portuguesa e que por isso, e por ser dito do lugar de autoridade manda erigir a “Vila”. E que dito pelo al-Rei a “Vila” além de garantir direitos e isenções aos futuros moradores, também teria que ter a estrutura conforme moldes europeus. Considerando que Vila era um aglomerado mais adensado que revelava força Religiosa e Civil e para tanto a “Vila” teria que ter o formato ao qual o Rei ordenara. Dessa maneira, o Rei de Portugal, força maior da Coroa Portuguesa, manda erigir a Vila nos moldes aceitos para aquela época, seguindo os padrões que ele mesmo, o Rei determina.

Sítio, portanto, nesta cena enunciativa está reescriturado por sinonímia por Vila, que é determinada por lugar saudável que tenha água boa/potável/lenha bastante, apresentada assim numa relação por articulação determinando “Vila” naqueles tempos, e que também, é determinada por lugar da praça, do pelourinho, e lugar da igreja. Área para casas, ruas largas e diretas, áreas da câmara, cadeia, casas de audiências, oficinas públicas, oficinas da câmara, casas do mesmo perfil no exterior. Temos então, uma enunciação em que o que se enuncia é dito do lugar do al-Rei que ordena cumprir determinação, cujo at-Governador teria que fazer cumprir para o bem dos habitantes da Vila. Temos para tanto o seguinte DSD2:



Em que se lê que água boa/potável/lenha bastante, determina Sítio que está substituído por reescrituração sinonímica por “a Vila”. E “Vila” também é determinada por Igreja, Câmara, Cadeia, Pelourinho, casas de audiências, oficinas públicas, oficinas da câmara, casas do mesmo perfil no exterior. Como “a Vila” representava uma urbe Portuguesa nos confins de Mato Grosso, ela teria que ter a estrutura conforme os moldes de além-mar. Portanto, as especificações seriam as que a Carta Régia trazia nos itens 1, 2, 3, 4, e 5.

### 3.5 Os sentidos na fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade

Após análise da Determinação da Construção da Vila no distrito de Mato Grosso e das evidências de sua importância para o Brasil, devido à Colonização de Terras ainda espanholas, veremos a análise da Ata de Fundação que traz em sua cena enunciativa a determinação da Carta Régia de 05 de agosto de 1746, sendo cumprida pelos autos da Instituição do Estado nos Conformes da Ordem da Coroa Portuguesa.

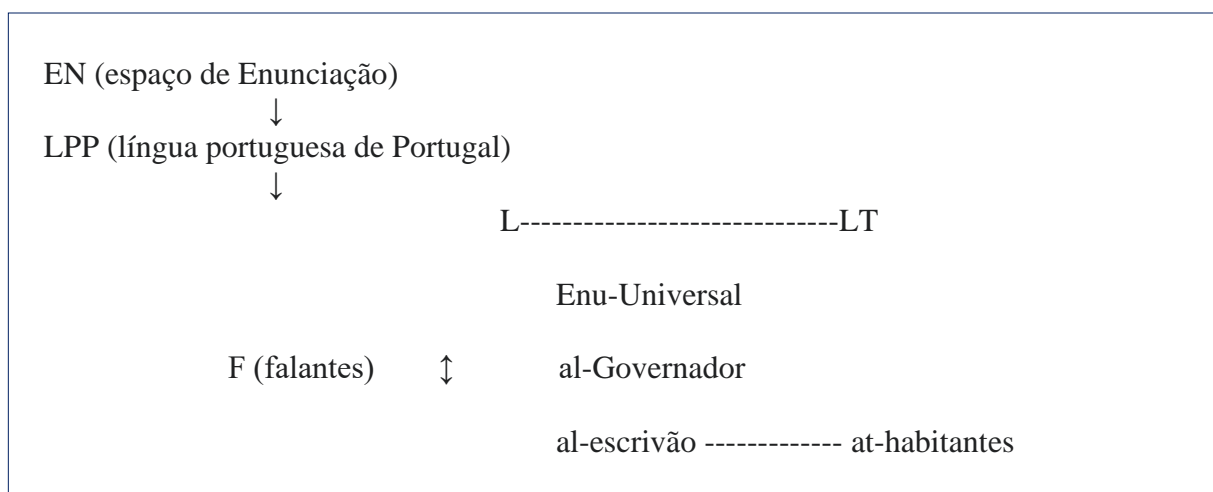
(R4):

“ATA DE FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE  
 Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e dois anos. Aos dezenove dias do mês de março do dito ano , neste sítio chamado o Campo do Simão, por outro nome o Pouso Alegre, a beira do Rio Guaporé e ao poente da Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, no lugar da praça destinada para se levantar o pelourinho da nova Vila que sua Majestade foi servido mandar erigir e criar nestas Minas, presente do dito lugar o ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Governador e Capitão-General delas, e o Juiz de Fora, Theotônio da Silva Gusmão, e o Secretário do Governador, Bartolomeu Descalça Barros, para atestar e passar o livro da Secretaria este Auto, e presentes os seus e o povo que pode assistir dos habitantes das ditas Minas, sendo aí por ordem do dito ilustríssimo Senhor foi mandado ler por mim tabelião o Alvará de sua Majestade de cinco do mês de Agosto de mil setecentos e quarenta e seis, para a ereção da Vila, o que por mim foi satisfeito e em voz alta e inteligível e vai o dito Alvará copiado adiante, depois deste ano; e logo pelo dito ilustríssimo Senhor Governador e Capitão-General do dito e declarado que sem embargo do que no dito Alvará determinava Sua majestade, que o lugar da Vila fosse escolhido por cinco homens juramentados, havia ele escolhido e aprovado este Sítio para a fundação da Vila, não só porque o Alvará fora passado em outro tempo, em que se não mandava General esta diligência, mas pelas Ordens e Instruções que tinha de Sua Majestade, e porque este era o Sítio mais conveniente ao serviço de El-Rei e ao bem comum e porque ultimamente os moradores destas Minas divididos em opiniões só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os de Chapada, que nela se fundasse a Vila, e os de Santa Anna que fosse fundada naquele bairro, com que não estavam em termos de serem ouvidos a eleição do sítio, nunca de antes vistos e examinados por eles, em cuja praça no meio mandou o dito ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General levantar o pelourinho por insígnia de se construir no Erigir no dito lugar a referida Vila o qual presente todos o abaixo assinados foi posto e alevantado com os sinais as insígnias seguintes: Feito o dito Pelourinho de um grosso madeiro e perdurável chamado Ypiuva com três degraus em quadra de seis até oito palmos lavrado em coluna torcida até certa altura e depois em pirâmide de quatro faces em cujo remate se colocou um braço de ferro com cutelo levantado em alto e abaixo e na formação da pirâmide quatro varões de ferro com suas argolas para prisões, e abaixo na coluna duas alças de ferro para os braços e duas para os pés. E logo pelo ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General foi declarado que a dita Vila teria o nome de Vila Bela da Santíssima /Trindade, a quem dedicaria a Igreja Matriz dela; que em reverência da mesma Santíssima Trindade simbolicamente teria por armas em meio de um escudo

com dois círculos, um encarnado e outro azul, uma ave com porpo e cabeça do meio de águia e do lado esquerdo de pombo e a do lado direito de pelicano , por detrás das armas reais, enquanto Sua Majestade não mandasse o contrário; (...)”(ATA DE FUNDAÇÃO- 19-03-1752)

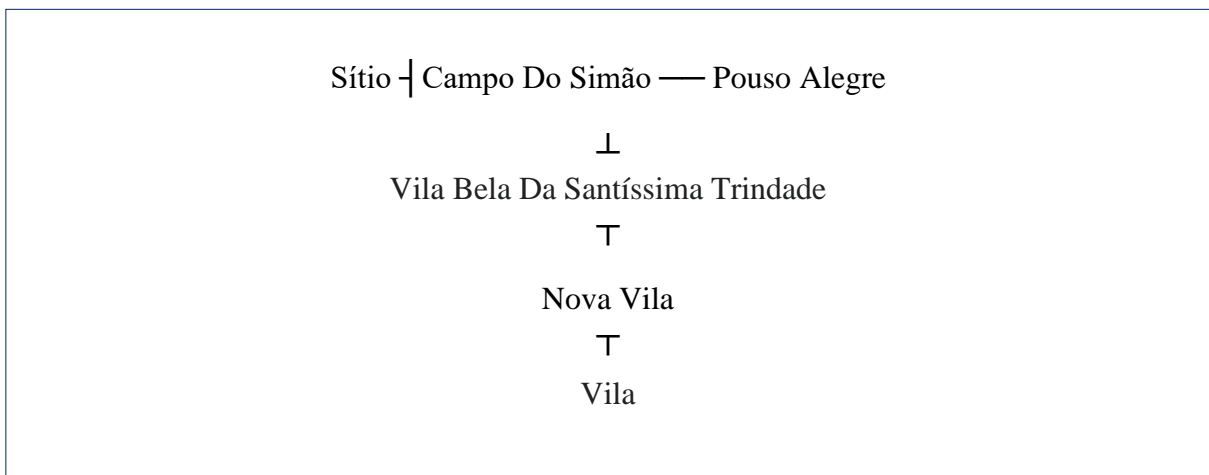
O que podemos observar a partir deste recorte é que este documento, a Ata de Fundação de Vila Bela, se dá no espaço de enunciação da Língua Portuguesa (Língua Oficial da Coroa Portuguesa). Documento este que com valor Oficial, seguindo os mandados do Rei, com as especificações exigidas citadas nas análises acima, inclusive uma, que era para ser escolhido local do sítio pelo Capitão General e mais 5 homens juramentados, assim confirma em de Ata de Fundação “[...]que o lugar da Vila fosse escolhido por cinco homens juramentados, havia ele escolhido e aprovado este Sítio para a fundação da Vila [...]”, assim, institui-se o sítio no qual será construída a Vila determinada em Carta Régia de 05 de agosto de 1746.

Neste mesmo recorte também observamos o espaço enunciativo deste acontecimento em que o al-x que enuncia na Ata de Fundação diz em nome do lugar de dizer do al-Governador da Capitania de Mato Grosso. Este por sua vez enuncia aquilo que é determinado pelo enunciador-universal, o al-Rei de Portugal. Essa enunciação se dá do lugar da perspectiva do enunciador-universal, ou seja, do lugar em que o dito é válido como verdade para todos os subalternos da coroa portuguesa. Isto é, nesse caso temos uma cena enunciativa em que aquilo que se enuncia se diz do lugar autorizado juridicamente pelo estado português a dizer sobre a fundação da “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Que está assim configurada no desenho que segue:



Este espaço enunciativo em que a língua Portuguesa é falada pelos falantes na perspectiva do Enu-universal, o al-Governador por meio do al-escrivão diz na Ata de Fundação da Vila aos al-habitantes sobre onde deve fundá-la e num processo de renomeação, renomeia o sítio escolhido por Vila Bela da Santíssima Trindade. Renomeação esta que vale para todos os habitantes da Vila.

Podemos observar que na Ata de Fundação de “Vila Bela da Santíssima Trindade”, o “sítio” escolhido para a fundação da Vila, na cena enunciativa da Ata vem reescriturado por “Campo do Simão” que pelo processo de substituição é reescriturado por “Pouso Alegre”. E estes aparecem também reescriturados por “Nova Vila”, este nome por sua vez é reescriturado por “Vila”, sendo que “Vila” é reescriturado por “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Nesse sentido, podemos observar o seguinte DSD3:



Onde se lê que sítio determina “Campo do Simão” que por sinonímia é substituído por “Pouso Alegre” que por conseguinte determinam “Vila Bela da Santíssima Trindade” e também é determinado por “Nova Vila” e “Vila”. Houve, portanto, uma caracterização feita por uma renomeação que se significa no acontecimento da nomeação oficial.

E, tomando ainda o recorte R4, observa-se que, assim, o lugar social agenciado no acontecimento é o de alocutor-Governador da Capitania de Mato Grosso, que também em lugar oficial de dizer está o al-escrivão. Ao dizer como diz, o alocutor-x diz que pelo presente Alvará Régio, o Capitão renomeia a “Vila” “no cargo de Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso”. Desse modo, o que se pode ver é que o cargo constituído sócio e historicamente o permite nomear, e isso apresenta em si a oficialidade do nome que é enunciado.

Ainda, de pronto, vemos que o lugar do dizer do al-governador é afetado pelo discurso religioso, característico das potências coloniais europeias dos séculos XVI, XVII e XVIII – Portugal e Espanha, mais precisamente – fazendo com que este dizer, recorte como memorável a história enunciativa de acontecimentos que contam o início de uma nova era a partir do nascimento de Jesus Cristo. Por isso há este modo de se enunciar: “Ano do Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e dois anos. Aos dezenove dias do mês de março do dito ano [...]”, que significa 1752 anos depois do nascimento do “Senhor Jesus Cristo”. E é interessante observarmos isto, pois o nome do município de algum modo retoma este lugar marcado pela cristandade como veremos mais à frente.

É necessário que se observe que há enunciações que nomeiam num movimento designativo em relação ao “sítio” no qual se estabelecem as primeiras instalações do que viria a ser “Vila Bela da Santíssima Trindade”. O movimento se dá na nomeação do local que segundo Ata de fundação, ora dito Campo do Simão ora Pouso Alegre. Nomes que naquela cena enunciativa entram num conflito de enunciações entre os al-habitantes, que nomeiam como Pouso Alegre ou Campo do Simão e al-governador, que renomeia o sítio por “Vila Bela da Santíssima Trindade” que é aludido pelo enunciador universal, o al-Rei. Enunciações que para os habitantes da vila não deixam de significar, pois mesmo sendo impedidos ainda enunciam, num conflito de lugares sociais de dizer.

Deste modo, pelo funcionamento da língua e, ao ser enunciado do lugar social que lhe confere o poder para enunciar de tal modo, o lugar oficial autorizado pela Colonização Portuguesa, estabelece o nome. Portanto, o local antes identificado (significado) pela formação nominal Campo do Simão ou Pouso Alegre, passa a ser designado por outra formação nominal que o significa diferente: “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Uma formação que, conferida pelo R4, apresenta nesse ato de enunciação oficial, o al-escrivão autorizado pelo Império Português a dizer, o então “E logo pelo dito ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Governador Capitão-General foi declarado que a dita Vila teria o nome de Vila Bela Da Santíssima Trindade [...]”.

Para tanto, vemos na Ata de Fundação que em outro lugar de dizer, o al-Escrivão, é aludido nesta cena pelo al-Governador.

Uma Ata de Fundação é um texto que oficializa esta divisão de lugares de enunciação, politopia que é conferida com assinaturas de parte da população local. Nela há oficialmente a constituição do lugar, que trouxe para a configuração da cena enunciativa o dizer, a cultura e os costumes do Império Português.

Na sequência apresentamos uma análise do nome Vila Bela da Santíssima Trindade à maneira parecida que o livro didático orienta o ensino gramatical na educação básica, mas que traz alguns conceitos analíticos relativos à análise que faz a Teoria do Acontecimento.

### 3.6 A formação nominal do nome de Vila Bela Da Santíssima Trindade

O nome próprio “Vila Bela da Santíssima Trindade” será nesta sequência analisado conforme análise morfossintática, mas com conceitos e considerações à enunciação histórica do nome, que é a maneira mais eficaz de chegar bem próximo do que nós queremos mostrar.

Apresentamos, antes, para efeito de comparação esse nome conforme livro didático apresenta, simplesmente de maneira classificatória e referencialista, sem consideração à enunciação histórica.

Assim: Vila Bela da Santíssima Trindade é nome próprio de lugar – Referenciação;

A análise morfológica traz a classificação de cada parte do nome, separando cada palavra: Vila – Substantivo Comum; Bela – adjetivo; da – preposição contracionada com artigo (de+a); Santíssima – adjetivo no grau superlativo absoluto sintético; Trindade – substantivo próprio.

No entanto, na formação nominal conforme Teoria do Acontecimento, “Vila Bela da Santíssima Trindade”, como funcionamento morfossintático, temos a combinação de nomes próprios e nomes comuns. Vê-se:

- ***Vila Bela da Santíssima Trindade*** – Nome comum (genérico / classificador urbano) + adjetivo (especificador) + sintagma preposicionado (Homenagem religiosa).

Na primeira parte do nome há uma formação por justaposição que traz um nome genérico, especificador urbano (Vila), seguido de um elemento individualizador/especificador (Bela), que funciona como qualificador (adjetivo).

Já a segunda parte do nome é formada por um sintagma preposicionado que funciona como individualizador pela referência à Trindade, representação religiosa cristã que se refere à junção do Pai, do Filho e do Espírito Santo em um único Deus, constituindo o Deus Trino/Trindade.

Este sintagma preposicionado recorta como memorável um lugar de dizer do discurso religioso, “Da Santíssima Trindade” uma predicação que é dedicada à Santíssima Trindade que significa pelo Cristianismo a crença em um Deus, por isso classificada por Monoteísta, mas que

contraditoriamente seria Deus representado em três formas diferentes: Pai, Filho e Espírito Santo. Um memorável atravessado pela cultura do colonizador Português. Cultura esta que conforme Silva (2005) era orientada pela Igreja, pois o Clero regulamentava as convenções políticas e sociais. Esse recorte é um memorável no acontecimento da homenagem, isso segundo Guimarães (2018) homenagem predominantemente aos santos da igreja Católica.

Nessa homenagem o que vemos em funcionamento é o agenciamento do lugar do representante da Coroa Portuguesa por sua relação com a Igreja Católica. Conforme Karim,

Os modos de dizer, representados nas estruturas formais dos nomes [...], de entrada já nos apontam para dois lugares enunciativos distintos no acontecimento de nomeação dos núcleos urbanos no período Brasil Colônia/Império. O primeiro é tomado por marcas do discurso religioso, presentes em todas as nomeações, estas marcas estabelecem a relação política e de convivência entre o Estado do Brasil Colônia/Império e a Igreja Católica, indica a fidelidade religiosa do Estado para com a Igreja. [...]. O segundo, tomado por marcas do discurso da monarquia lusitana, mostra a relação de submissão do governo local da Colônia portuguesa com a Família Real da Coroa Portuguesa (KARIM, 2013, p. 21).

Conforme dito por Karim (2013), esse acontecimento de renomeação ocorre numa movimentação de sentidos tomados pelo discurso religioso e pelo discurso da monarquia lusitana, que diz dos privilégios concedidos pelo Estado do Brasil legitimados pela Igreja Católica.

### **3.7 Uma Vila Bela... Mas porque bela?**

Segundo Jornal Oeste de 19/03/2021 em artigo sobre a comemoração dos 269 anos de História de Vila Bela, “A escolha do nome veio do costume da época colonial de designar por “Villa” a sede municipal e expressão de admiração pelo lugar – Bela (...)” responde à nossa pergunta, pois como costume daquela época colonial e observando ainda o nome “Bela”, vemos que por sinonímia “Bela” é lugar bonito, uma definição até romântica de beleza... Conto de fadas...

No nome em questão: “Vila Bela da Santíssima Trindade” há dois tipos de relação por articulação que ocorrem em dois momentos, na primeira parte: Vila + Bela = articulação por dependência, pois “Bela” determina o nome genérico “Vila”. E na segunda parte: Vila Bela +



“Da Santíssima Trindade”, há uma relação de articulação por coordenação, pois são nomes que se coordenam dando um sentido de posse de Vila Bela à Santíssima Trindade.

Vila representava uma sede municipal, um nome genérico que está determinado por “Bela”, significando a caracterização da beleza natural existente naquela configuração de cena. Conforme Guimarães (2018, p. 176),

A expressão do nome próprio predominantemente articulada a um nome genérico pode ser considerada como parte do estabelecimento da referência do nome, que não é capaz de referir, no acontecimento em análise, com precisão, a não ser por relação a um nome genérico que o especifica e determina semanticamente.

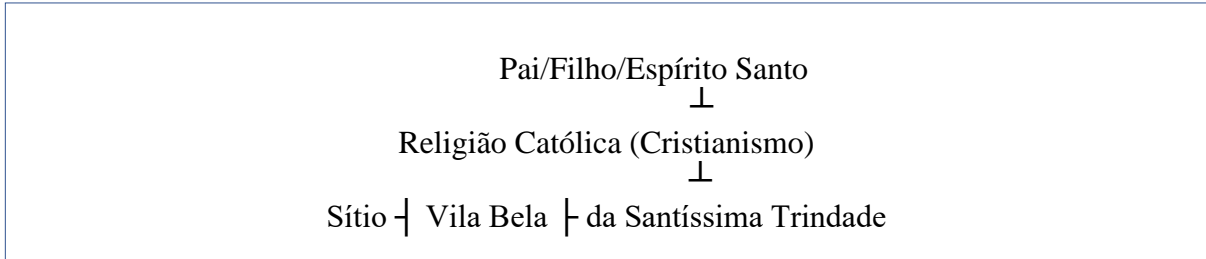
Já “da Santíssima Trindade” faz referência à religião do país colonizador, a religião católica que de acordo com Karim (2013), no período do Brasil Colônia/Império,

os modos de dizer, representados nas estruturas formais dos nomes [...], de entrada, já nos apontam para dois lugares enunciativos distintos no acontecimento de nomeação dos núcleos urbanos no período do Brasil Colônia/Império. O primeiro é tomado por marcas do discurso religioso, presentes em todas as nomeações, estas marcas estabelecem a relação política de convivência entre o Estado do Brasil Colônia/Império e a Igreja Católica, indica a fidelidade religiosa do Estado para com a Igreja. [...] O segundo, tomado por marcas do discurso da monarquia lusitana, mostra a relação de submissão do governo local da Colônia portuguesa com a Família Real da Coroa Portuguesa (KARIM, 2013, p. 21)

Retomemos R4, da Ata de Fundação: “E logo pelo dito ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Governador Capitão-General foi declarado que a dita Vila teria o nome de Vila Bela Da Santíssima Trindade [...]”. O “ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Governador Capitão General” foi o alocutor-Governador que nomeou por seus poderes políticos “a Vila”. Uma nomeação por substituição, pois até o dito momento o lugar era chamado ora “Campo do Simão” ora “Pouso Alegre” assim descrito em Ata de fundação: “[...] neste sítio chamado Campo do Simão, por nome Pouso alegre[...]” Que conforme Karim (2012) “Villa Bela da Santíssima Trindade em 1752 (renomeação pela ata de fundação de 19 de março de 1752 - antes se chamava Pouso Alegre – hoje cidade de Vila Bela)”.

O sítio que se tornou Vila recebeu a renomeação “Vila Bela da Santíssima Trindade” que como dito acima um nome que por sua formação sofreu um processo de articulação por dependência = Vila + Bela e de articulação por coordenação pela locução adjetiva = “da Santíssima Trindade” que por Reverência ao Deus do Cristianismo a “Vila Bela” recebe a

proteção Dele, o Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo. Vemos então, o fato dessa renomeação produzida no movimento histórico e social pelo domínio semântico de determinação, DSD4:



Onde se lê: o nome Vila Bela é determinado por Sítio e Santíssima Trindade que é determinada por Pai, Filho e Espírito Santo (Deus Trino) e este por sua vez também determina Religião Católica, religião do Colonizador.

Conforme R4, “Ano do Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e dois anos. Aos dezenove dias do mês de março do dito ano, neste sítio chamado o Campo do Simão, por outro nome o Pouso Alegre [...]” Campo do Simão ou Pouso Alegre eram nomeações do lugar, do sítio escolhido para ser a “Capital” da Capitania de Mato Grosso. Temos por tal descrição uma renomeação que ocorre de modo diferente, em que por uma relação sinonímica “Campo do Simão” é substituído por “Pouso Alegre”. Uma reescrituração por substituição em que se tem o sentido de lugar encantador, feliz, para assim, por esses sentidos, ser também reescriturado por determinação para “Vila Bela da Santíssima Trindade”. “Vila Bela da Santíssima Trindade”, por conseguinte é determinada pela locução adjetiva “da Santíssima Trindade” que ressignifica por uma expressão referencial do nome da Santidade Trina, da Igreja Católica, religião do Colonizador daquelas Terras.

### **3.8 A renomeação do sítio: Vila Bela da Santíssima Trindade ou Mato Grosso?**

Para início de averiguação do nome “Mato Grosso” vemos que pelo processo de ocupação da Coroa Portuguesa teve início na primeira metade do século XVIII pela descoberta de ouro pelos bandeirantes. Bandeirantes estes que ao adentrarem por “picada” as matas verdejantes e densas, nomearam o lugar por Mato Grosso, que também já esclarecido anteriormente nesta dissertação como um nome que devido ao agenciamento sofrido pelos irmãos Paes de Barros naquela cena enunciativa, ambos bandeirantes, assim nomearam. E

especificadamente no ano de 1719 foi fundado o “Arraial do Cuyabá” e que anos depois é renomeado por Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá, ainda subordinado à Capitania de São Paulo. No entanto por essas terras ainda pertencerem à Coroa Espanhola fez-se necessário a formação de outra Capitania, a de Mato Grosso, e a fundação de uma outra Vila, a Vila que se tornou a Capital da Capitania de Mato Grosso. Este nome Mato Grosso, também foi relacionado à Vila que se formou, mas que mais tarde recebeu o nome de “Vila Bela da Santíssima Trindade” pelo então dito Capitão-General daquela nova capitania, D. Antônio Rolim de Moura.

Vila Bela foi por poucos anos a Vila-Capital do Estado de Mato Grosso, poucos anos, mas com intenso comércio e importância, foi o lugar planejado naqueles idos ainda na Europa para ser o centro da Capitania como diz Meirelles (1989):

A cidade de Vila Bela, concebida e traçada na Europa, destinava-se a ser uma representação. No extremo Oeste, absolutamente distante do Atlântico e dos portos marítimos, debruçada às margens de um rio que abrigava “nações” de incivilizados, deveria simbolizar (enquanto uma representação, um fato e um processo), a posse lusitana. Como ícone da guarda da fronteira, testemunhava também a vigilância – afastando aqueles territórios das regiões circunvizinhas, daqueles que seriam os países mais próximos [...] (MEIRELES, 1989, p. 190)

No entanto, as cheias do Rio Guaporé trouxeram os infortúnios dos alagamentos e das doenças devido a insalubridade do local.

Rolim de Moura procurou seguir as diretrizes do governo metropolitano, entretanto, cometeu um erro – construiu a capital em terras baixas e paludosas, sujeitas a frequentes inundações; uma região marcada pela insalubridade. A população de Vila Bela seria constantemente acometida por várias enfermidades. Essa característica acabou influenciando o imaginário do colonizador, que passou a ter a visão de Mato Grosso como um grande hospital. Desta maneira, Mato Grosso passou a ser apontado pelas autoridades médicas, pelos viajantes e cronistas como um lugar nocivo à saúde (CAVALCANTE, 2013, p. 49).

Esses não foram os motivos suficientes, houve é claro a falta de abastecimento, pois a Coroa Portuguesa criou para o abastecimento da Capital Vila Bela, a Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão que tinha o monopólio do comércio da Capital. Essa Companhia usava o porto de Belém para chegar a Vila Bela. Navegavam pelo rio Amazônia, rio madeira e Mamoré e comercializavam artigos de luxo e principalmente a comercialização de escravos que em contrapartida levavam de volta o ouro produzido em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Mas com a decadência das minas de ouro do Guaporé a Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão deixou de abastecer o Mato Grosso. Então como a Vila só tinha esse abastecimento vindo de fora, ficou somente com o local, no qual cultivavam feijão, milho, entre outros. No entanto, essa cultura ficou escassa devido às pragas, as cheias do rio e consequentemente a população começou a passar fome e a ficar subnutrida. A população então começou a se mudar.

Segundo Vicente Ferreira (2017), com a decadência da Capital Vila Bela ao perder o estado de sede da Capitania de Mato Grosso para Cuiabá em 1820, as duas Vilas passaram a dividir a administração provincial. E para atrair a sede da capitania para Cuiabá, intentaram extinguir o município no ato de descentralização, trocaram o nome do lugar por cidade do Mato Grosso, uma renomeação por substituição. Assim afirma Lacerda (2012) “Foi o ano da descentralização política e Vila Bela passou a ser denominada como uma cidade de Mato Grosso”. Contudo, em 1835, a capital de Mato Grosso passa a ter sede em Cuiabá.

E com essa transferência, Vila Bela da Santíssima parece perder sua identidade deixando de ser Capital e sendo renomeada por província do Mato Grosso por lei em 1978, mas pela Lei Estadual nº 4.014, de 29 de novembro de 1978, que está em anexo, volta a ser uma cidade e o nome também volta a ser “Vila Bela da Santíssima Trindade.”

“A decadência da cidade Matto Grosso foi tão sensível, que a Assembleia Legislativa editou, em 1878, uma lei extinguindo o município, que foi, no entanto, vetada a 11 de dezembro do mesmo ano, pelo presidente da Província Dr. João José Pedrosa. (VICENTE FERREIRA, 2017).

Então, por Lei, Vila Bela Da Santíssima Trindade torna-se, por renomeação, a ser o nome do município.

A renomeação “Mato Grosso” citada no texto de Vicente Ferreira (2017), ocorreu pelo fato de a primeira nomeação “Mato Grosso” ter sido dada pelos primeiros colonizadores dessa região Oeste do Brasil pela paisagem que viram ao desbravarem a região. A partir de então, criou-se a Capitania de Mato Grosso e do Cuiabá por Carta Régia, em 09 de maio de 1748. A saber, capitania era segundo site Wikipédia uma forma de administração territorial da América portuguesa que a Coroa delegava aos donatários a colonização e exploração de determinadas áreas. O governo português assim se manifestou:

Dom João, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, [...] Faço saber a vós, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, que por resoluto se criem de novo dois governos, um nas Minas de Goiás outro nas de Cuiabá [...]. Vicente Ferreira (2017)

Vemos então que inicialmente não se deu o nome expressamente por Mato Grosso, mas ao final da carta especificamente se refere a ambas as minas de Mato Grosso e de Cuiabá.

[...] por onde parte o mesmo governo de São Paulo com os de Pernambuco e Maranhão e os confins do Governo de Mato Grosso e Cuiabá [...]. (Ibdem)

Então, observando pela formação nominal dos nomes “Vila Bela da Santíssima Trindade” e “Mato Grosso” não vemos uma relação direta, pois “Mato Grosso” é uma certa descrição do lugar. Esclarecendo aqui que pelo que já foi explanado durante esta pesquisa, Mato Grosso e Cuiabá eram os nomes das Capitânicas, mas que “Vila Bela da Santíssima Trindade” fora escolhida a ser Capital dessas capitânicas devido à necessidade da Coroa Portuguesa em estabelecer território ao Brasil. Retomando a nomeação Mato Grosso, como já se sabe, dita naqueles tempos pelos primeiros desbravadores, os irmãos Paes de Barros. Portanto, por ser um nome dado por descrição por um al-bandeirante, ao se tornar a Capital da capitania, o al-governante renomeou por “Vila Bela da Santíssima Trindade”.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi e é um marco para nossa história. Por sua importância em comemoração aos 267 anos da cidade, em 2019, conforme diz site <http://www.mt.gov.br> de 19 de março de 2019, o Governador transferiu simbolicamente por 1 dia a Capital do Mato Grosso para a cidade de “Vila Bela da Santíssima Trindade”. Vila Bela ainda hoje se destaca pela sua história e monumentos tombados, como ruínas da Igreja cuja santidade predicou Vila Bela e que por sua história tornou-se um importante ponto turístico para o Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao estudo do nome próprio feito por Guimarães (2002, 2011, 2018), vimos que o nome próprio não é somente uma nomeação por referenciação, mas uma designação que faz história, isto é, num acontecimento enunciativo o nome é dito. Então, considerando o momento de sua enunciação, assim deve ser analisado. Por isso, percebemos que não há um estudo sobre o nome próprio segundo a Teoria do Acontecimento feito para o ensino básico na educação. Então, para mostrar esse estudo, apresentamos a análise do nome Vila Bela da Santíssima Trindade pela teoria de Guimarães, a teoria do Acontecimento de enunciação. Estudo este comprovado nesta pesquisa pelas análises designativas em torno do nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” em que o Nome Próprio só tem significado quando analisado enunciativamente, considerando toda sua história. Portanto vemos a necessidade de um estudo assim sob os parâmetros da Teoria do Acontecimento para compreender os sentidos dos nomes próprios, mas não como está posto, meramente referencialista, e sim mostrando no acontecimento da enunciação a significação do nome para o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras.

Ao dizer sobre o nome próprio apresentamos a análise do nome “Vila Bela da Santíssima Trindade” e durante o desenvolvimento desta investigação sob a Teoria do Acontecimento, vimos no espaço enunciativo dos recortes selecionados, o reflexo político, princípio das relações sociais presentes na linguagem.

Vimos na Carta Régia de 1946, que o al-Rei manda erigir uma Vila no Sertão de Mato Grosso e comprovamos pelo recorte desta carta a extrema necessidade e importância que o governo português demonstrou ao dizer da construção de “uma Vila”, que num primeiro momento da carta régia a indefine, pois não houve um destaque para qual Vila seria construída. No entanto, noutro momento diz “a Vila”, que como analisamos, al-Rei ao enunciar já traz a vila definida, especificando como essa Vila deveria ser formada. E assim, a define como uma não simples Vila, mas a Vila que daria privilégios aos seus habitantes e que seria construída seguindo os moldes europeus, formando assim uma fronteira humana e tomando posse das Terras interessadas pela coroa portuguesa.

Entendemos o sentido de o porquê uma “Vila” torna-se a centralização de poder político de um estado, e que o sítio ao ser renomeado por substituição por “Vila Bela da Santíssima Trindade”, silenciou as enunciações do nome deste lugar que marcado por memórias tomadas pela história se desfez pelo imaginário meramente administrativo. “[...] podemos observar um

litígio em que uma história enunciativa é negada no acontecimento que nomeia, ou seja, que renomeia.” Guimarães (2018, p. 210). Sentidos esclarecidos pelos motivos históricos e políticos e pelos modos de Formação Morfossintática e DSD.

Verificamos que os sentidos estabelecidos nas cenas enunciativas dos recortes analisados se deram numa pluralidade de enunciados, mas que pela dominação do colonizador português se consolidou uns, e em desfavor, houve o silenciamento de outros. E como afirma Karim (2012, p. 184) “As análises enunciativas de nomeação podem nos levar à compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade”.

Portanto, pelas relações estabelecidas dos nomes na análise feita pelos DSDs, vimos a interpretação e o sentido da renomeação, sentidos estes trazidos nas relações de reescrituração em que um Sítio por nome Campo do Simão ou Pouso Alegre é reescriturado por substituição pela descrição e reverência religiosa do Colonizador Português pelo nome “Vila Bela da Santíssima Trindade”.

Pudemos então concluir, que o sítio ora Campo do Simão ora Pouso Alegre ao ser renomeado por “Vila Bela da Santíssima Trindade” foi determinado pela beleza natural, tranquilidade, encanto que o Capitão-general viu e sentiu naquela cena, e também pela sua cultura religiosa. Um enunciado designativo que nomeou a primeira Capital do estado de Mato Grosso pelas relações enunciativas, e que também trouxe as memórias desse processo histórico da vida dos mato-grossenses. Processos de análises que confirmaram que o nome próprio deve ser analisado em sua essência, considerando a história de seu acontecimento e não somente por referência e classificação como vem sendo perpetuado pela Gramática Tradicional. Um estudo dos sentidos dos nomes próprios que esperamos que não se encerre aqui, mas que outros sujeitos também interessem por esse estudo e preocupação com a maneira de ensinar ou mesmo que se faça um estudo assim sob a perspectiva da Teoria do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018) para o ensino fundamental das escolas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALBANO. (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ARAUJO, Olga Maria Castrillon Mendes. **O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso**. In: *Fronteira: memória e linguagem* (Vários autores). – Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**: tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª edição – Campinas, SP. Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BALDINI, Lauro. Cidade e sujeito na rede. In: ORLANDI, Eni. **Discurso, espaço, memória** – Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: Editora RG., 2011.

BREÁL, **Ensaio de Semântica**. São Paulo: Fontes/Educ, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol.1/ William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Cristiane Damien Codenhoto. – 1. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol.2/ William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Cristiane Damien Codenhoto. – 1. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

BRESCIANNI, Maria tella M. **História e Historiografia das cidades, um percurso**. In: Marcos Cezar de Freitas (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto. 2003. p. 237.

CÂMARA JR., Joaquim M. **História da Linguística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAROZZA, Newton Guilherme. O(s) logos da cidade. In: ORLANDI, Eni. **Discurso, espaço, memória** – Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: Editora RG., 2011.

CARTA régia de 05 de agosto de 1746. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomo CXLVI – Ano LXX, 1998.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. **Evolução Dos Estudos Linguísticos**. Professora da Faculdade de Educação da UFJF, Dr<sup>a</sup> em Letras – Estudos Linguísticos pela UFF. *Revista Práticas de Linguagem*. v. 4, n. 2, jul./dez. 2014



CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A importância da arquitetura de programa na história do urbanismo português**. In: CO-LÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 5. 2001, Faro. *Actas...*. Faro: Universidade do Algarve-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2001

DALL CORTIVO-LEBLER, Cristiane. **A teoria da argumentação na língua e sua relação com Platão, Saussure e Benveniste**: breve discussão epistemológica. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 331-364, jul./dez. 2014.

DALL CORTIVO-LEBLER, Cristiane. **Do sentido ao valor**: relações teóricas entre a Semântica de Michel Bréal e o Estruturalismo de Ferdinand de Saussure. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 1965-1987, 2017

DA MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues; KARIM, Jocineide Macedo; BRESSANIN, Joelma Aparecida; ZAATTAR, Neuza; KARIM, Taisir Mahmudo (Orgs.) **Acontecimento de Linguagem**: Espaços de Significação. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

DELSON, Roberto Max. **Novas vilas para o Brasil/Colônia**: Planejamento espacial e social no século XVIII. Tradução e revisão de Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVACIORD, 1997, C1979.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e Relações Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

DIAS, Luiz Francisco. Nomes das cidades de Mato grosso: uma abordagem enunciativa. In: Karim, T.M. [et al.] (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras**: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso – (Fase I). Campinas: Pontes, 2006.

DIAS, Luiz Francisco. In: AGOSTINI, C. **Homenagem a Benveniste**. Uberlândia: Editora da UFU, 2018. [no prelo] da composição nominal à formação nominal: forma linguística e enunciação<<https://blogpaedia.blogspot.com.br/2010/04/6-razoes-para-ligar-o-desconfiometro-da.html>> Acesso em: ago. 2017.

FLORENCE, Antoine Hercule Romuald. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Brasília: Senado Federal, conselho Editoria, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, Françoise; Pêcheux, Michel. *A Língua Inatingível*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GALLANTI S. J., RAFAEL M. Moura, **História do Brasil – Cuyabá e Matto Grosso** – Raphael M. Moura Gallanti S. J.: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2010 34 p. 15cm x 21cm. – (publicações avulsas) CDD (20ª Ed.) 981.72

GUIMARÃES Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2. Ed. 2005.

GUIMARÃES Eduardo. **Semântica**: Enunciação e Sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018

GUIMARÃES Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico enunciativo da linguagem. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

GUIMARÃES Eduardo. **Civilização na Lingüística brasileira no século XX**. In: Matraga. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GUIMARÃES (orgs) - **“Nomes de Cidade: Modos de Significar” in Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras – Um estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP, Editora RG, 2011.

GUIMARÃES Eduardo. **História, sujeito e enunciação**. In: Cadernos de estudos linguísticos 35. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

GUIMARÃES Eduardo. **A marca do nome**. In: **Rua**. Campinas, SP, 2003.

GUIMARÃES Eduardo. **A enumeração** – funcionamento enunciativo e sentido. In: GUIMARÃES, E. R. J. e ZOPPI FONTANA, M. G. (Orgs.). Cadernos de estudos linguísticos 51/1. Campinas, SP: Setor de Publicações – IEL/ UNICAMP, jan./jun. 2009 p. 49-68.

GUIMARÃES, E. & MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra; Forma e sentido**. Campinas: Pontes, 2007.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII / Nauk Maria de Jesus. – Dourados: Ed. UFGD, 2011.

KARIM, Taisir Mahmudo, 1962- **Dos nomes à história** - O processo constitutivo de um estado: Mato Grosso. Campinas, SP: [s.n.], 2012. Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

KARIM, Taisir Mahmudo. Dois nomes dois destinos. In: **Línguas e instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, 2003.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Brasil Colônia/Império**: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso – um estudo semântico enunciativo. In Karim, T. M. [et al] (Orgs.). **Linguagem e Interpretação: a institucionalização dos dizeres na História**. Campinas: Editora RG, 2013.

KARIM, Taisir Mahmudo.; ZATTAR, Neuza; BRESSANIM, Joelma; RENZO, Ana Maria di (Orgs.). **Linguagem, Sujeito e Memória**. 1. ed. Campinas: Pontes editores, 2016. v. 01

KARIM, Taisir Mahmudo.; RENZO, Ana Maria di; BRESSANIN, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo. (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico enunciativo do Mato Grosso**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

KAROL, Eduardo. **Território e territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional** – F.A.S.E. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP. São Paulo, 2000.

LACERDA, José. **Vila Bela da Santíssima Trindade: berço da História: Cultura e História**. Secretaria de estado cultura, esporte e lazer. Cuiabá, 2012. Disponível em: <[http://www.cultura.mt.gov.br/inicio?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.cultura.mt.gov.br%2Finicio%3Fp\\_auth%3DwVXc5lvM%26p\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D1%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_state\\_rcv%3D1&\\_101\\_assetEntryId=2037800&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=21013&\\_101\\_urlTitle=vila-bela-da-santissima-trindade-berco-da-historia&inheritRedirect=true](http://www.cultura.mt.gov.br/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.cultura.mt.gov.br%2Finicio%3Fp_auth%3DwVXc5lvM%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=2037800&_101_type=content&_101_groupId=21013&_101_urlTitle=vila-bela-da-santissima-trindade-berco-da-historia&inheritRedirect=true)>. Acesso em: 11 abr. 2021.>

LEPSCHY, G. **“Lexico”**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.2. pp. 156-178.

LOPES, Vitória. **Primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade completa 269 anos de história**. Jornal Oeste. Cáceres, 2021. Disponível em: [http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652&noticia=primeira\\_capital\\_vila\\_bela\\_da\\_santissima\\_trindade\\_completa\\_269\\_anos\\_de\\_historia](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652&noticia=primeira_capital_vila_bela_da_santissima_trindade_completa_269_anos_de_historia). Acesso em: 11 abr. 2021.

MACHADO, Júlio Cesar. **Um estudo designativo em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da semântica histórica da enunciação**. São Carlos, UFSCar 2011

MENDONÇA, E. D. **Quadro Chorographico de Mato-Grosso**.1906.

MOREIRA, Rafael; ARAUJO, Renata. **A engenharia militar do século XVIII e a ocupação da Amazônia**. In: Amazônia Felsínea. Antônio José Landi, itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 1999. p. 173-295.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. Org. de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVAN, Karen Neves. **A semântica e o Ensino de Língua Portuguesa**. Work. pap. linguíst., 10 (1): 45-59, Florianópolis, jan. jun., 2009. Mestranda em Linguística - Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **O progresso na “marcha para o oeste”**: uma análise enunciativa na imprensa mato-grossense. Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **“A marcha para o Oeste” no Brasil**: entre a civilização e o sertão. Campinas, SP: UNICAMP, 2013. 208 f. – Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros.** RUA, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 154–179, 2015.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: História e política de uma palavra.** Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **No limiar da cidade.** In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMPI – NUDECRI. Campinas, SP, número especial, julho 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, espaço, memória** – Caminhos da identidade no Sul de Minas. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

PATRIMÔNIO MATERIAL - MT. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília/DF. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mt/pagina/detalhes/594>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PAVEAU, Marie Anne. **As Grandes Teorias Linguísticas: Da Gramática Comparada à Pragmática** / Marie Anne Paveau. Georges-Elia Sarfati; Trad.M. R. Gregolin et al. – São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento;** tradução Eni Puccinelli Orlandi: 2. ed. Campinas – SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2. ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE. Vila Bela: a primeira capital de Mato Grosso. In: **Prefeitura Municipal Vila Bela da Santíssima Trindade.** Prefeitura Municipal Vila Bela da Santíssima Trindade, 2021. Disponível em: <https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/A-Cidade/Historia/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PRIMEIRA capital: Vila Bela da Santíssima Trindade completa 269 anos de história. In: **Primeira capital: Vila Bela da Santíssima Trindade completa 269 anos de história.** Jornal Oeste-seu portal de notícias do oeste de Mato Grosso: Vitória Lopes, 19 mar. 2021. Disponível em: [http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652-icia=primeira\\_capital\\_vila\\_bela\\_da\\_santissima\\_trindade\\_completa\\_269\\_anos\\_de\\_historia](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652-icia=primeira_capital_vila_bela_da_santissima_trindade_completa_269_anos_de_historia). Acesso em: 10 maio 2021.

RANCIÈRE, Jaques, **Os nomes da História: ensaio de Poética do saber** – trad. Eduardo Guimarães, Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1994.

SANTOS, Catarina Madeira dos Santos. **Goa é a chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570).** Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Gisele Veronez. **A constituição do nome próprio da cidade de Figueirópolis D'Oeste** – MT. Monografia de conclusão de curso. Cáceres: UNEMAT, 2014.

VELOZO, Solange Moreira dos Santos; KARIM, Taisir Mahmudo. **Planta/texto**: um acontecimento enunciativo da catedral de São Luiz no centro histórico de Cáceres-MT. III Seminário Enunciação e Materialidade Linguística. Caderno de resumos. Belo Horizonte FALE/UFMG, 2019.

SILVA, Giseli Veronez da; KARIM, Taisir Mahmudo. **Reescrituração: Patrimônio**. Um percurso enunciativo. *Linguagem*. São Carlos, v.29, n.1, p. 69-86, jul./dez. 2018.

SILVA, João Bosco da. **A Cidade e a História**: Vila Bela da Santíssima Trindade Antemural da América Portuguesa. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. PPG-UFMT.

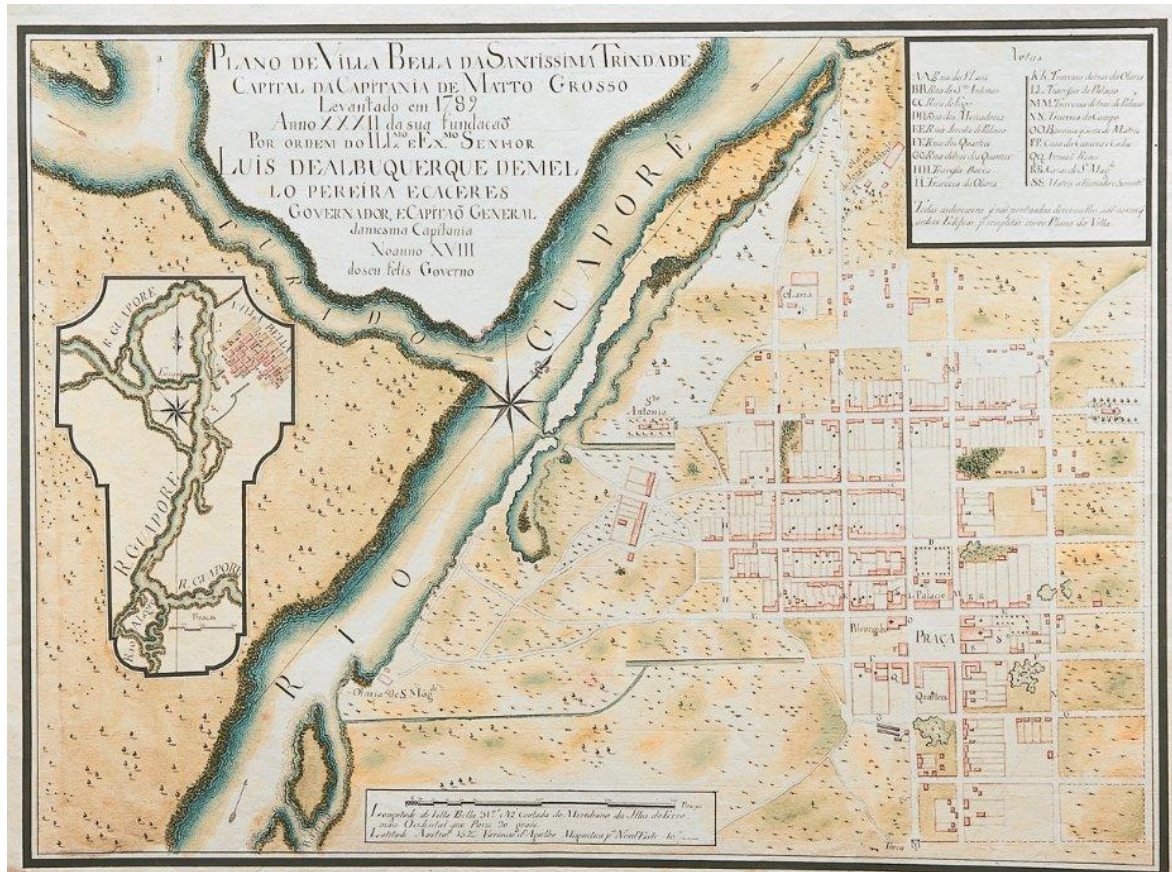
SILVA, A. C. O. *et al.* **A planta enquanto texto**: Estudo Semântico do Projeto Urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, uma Vila-Capital. In: Dalla Pria, Albano; Guimarães, Eduardo; Dias, Luiz Francisco; Karim, Taisir Mahmudo (org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III) / Organizadores: Albano Dalla Pria, Eduardo Guimarães, Luiz Francisco Dias e Taisir Mahamudo Karim; - 1. Ed. – Campinas, SP: Pontes, 2021.

TRUJILLO, Albeiro Mejia. **Semântica, Pragmática e Tradução**. *Revista InterteXto* / ISSN: 1981-0601 v. 5, n. 2 (2012)

VICENTE, João Carlos. **A evolução da ocupação e povoamento**. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá, 2016. Disponível em: <[www.matogrossoe seusmunicipios.com.br](http://www.matogrossoe seusmunicipios.com.br)>. Acesso em: 11 abr. 2021.

## Anexo I

## Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade



Fonte: <<https://olivres.com.br/mt-teve-governador-investigado-por-corrupcao-ha-220-anos>>



## Anexo II

Carta Régia de 5 de agosto de 1746

### **CARTA RÉGIA DE 5 DE AGOSTO DE 1746, mandando fundar uma Vila no Distrito de Mato Grosso**

Dom João, por graça de Deus, El Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhor da Guiné, etc. Faço saber a vós, D. Luiz de Mascarenhas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que me sendo presente algumas contas que me deu o Ouvidor que foi da Comarca do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, e atendendo à informação que nela me destes sobre a qual foram ouvidos os meus Procuradores da Fazenda e Coroa, Fui servido por Resolução de vinte e sete de junho do presente ano tomada em Consulta de meu Conselho Ultramarino de 30 de Janeiro de 1741 e de 26 de Janeiro do presente ano, mandar erigir uma Vila no distrito de Mato Grosso, em sítio que se julgar mais conveniente o qual parte do Cuiabá tenha por termo o Cubatão (sic) desembocadouro do Jaurey e por desejar fazer mercê e favorecer meus vassallos assistentes em parte tão remota que habitarem a Vila que mando fundar. Hei por bem de lhes conceder todos os privilégios, prerrogativas, isenções de direitos e liberdades adiante declaradas.

1 - Hei por bem que os Officiais da Câmara que servirem na Vila que mando fundar no sítio de Mato Grosso, e forem eleitos na forma da Ordenação deste Reino, tenham e gozem todos os privilégios e prerrogativas que têm e gozam os officiais da Câmara da Cidade de São Paulo, capital desse Governo, para o que se lhe passará carta em forma.

2 - Todos os officios de Justiça da mesma Vila não serão dados de propriedade nem de serventia a quem não for casado e morador da mesma Vila, e enquanto nela não houver homens casados capazes destas serventias, se darão somente a moradores solteiros, e não a outras pessoas de qualquer prerrogativa e condição que sejam, ou deste Reino

ou do Brasil, ou de qualquer outra parte não sendo morador na dita Vila quando alcançar qualquer dos ditos officios porque quero e hei por bem, os sirvam somente os ditos moradores por lhes fazer mercê com a dita declaração que havendo moradores casados preferam aos solteiros nas serventias e propriedades dos ditos officios.

3 - Por desejar em tudo o que for justo favorecer aos dito moradores. Hei por bem que não paguem maiores emolumentos aos officiais de Justiça e Fazenda do que os que deverem pagar os moradores das Minas Gerais, assim pelo que toca à escrita do Escrivão com às mais diligências que os ditos officiais fizerem.

4 - Hei por bem fazer mercê a todos os moradores da dita Vila e seu distrito de os isentar de pagarem fintas, e quaisquer tributos, ainda os das entradas e uso por tempo de dez anos, que terão princípio do dia da fundação da dita Vila em que se fizer a primeira eleição das justiças que nela hão de servir, como também os Hei por isentos de pagarem pelo dito tempo quaisquer direitos reais que Me são o devidos, e somente dos metais e minerais que tirarem serão obrigados a pagarem metade dos direitos, satisfazendo somente a décima parte em lugar do quinto que devem e enquanto o quinto de ouro se pagar no Brasil, por captação, como de presente se paga, quero e mando que no distrito da dita nova Vila se pague somente pelo dito tempo, metade da quantia que se pagar nas mais Minas, que ficam fora do dito distrito; e nesta isenção não entram os dizimos devidos à Deus nos frutos da terra os quais devem pagar como os mais moradores do Brasil.

5 - E pelo que desejo favorecer este novo estabelecimento sou servido que todos os moradores no Mato Grosso, não possam ser executados por dívidas que tiverem contraído fora dela ou seu distrito, o que se entende somente nos primeiros três anos contados do dia em que forem estabelecer se na dita Vila que seja ou nos princípios da sua fundação ou no futuro; mas deste privilégio nada gozem os que se levantarem e fugirem com fazenda alheia, porque está poderá logo haver seus donos pelos meios de Direito; por serem indignos desta mercê os que tiverem semelhante procedimento. E para que tenham seu



devido efeito contado a prontidão estas mercês e se estabeleça a dita no Vila sou servido ordenar ao Ouvidor da dita Comarca do Cuiabá que vá ao referido distrito de Mato Grosso, e estando nele convoque para determinado dia todos os seus habitadores e lhes participe as Mercês que lhes faço ordenando-lhe que dentro, digo, de entre si elejam cinco pessoas para estas determinarem o sítio em que a Vila se deve fundar com as circunstâncias abaixo declaradas, e resolvam com ele todas as mais dúvidas que se oferecerem na execução desta ordem e fundação da dita Vila e lhes dê juramento para que debaixo dele votem em cinco pessoas que lhes parecer mais capazes para o dito efeito e lhes tome e regule os votos e aos que saírem eleitos por mais votos dê juramento aos Santos Evangelhos, para que debaixo dele façam a dita eleição do sítio, e determinem com ele as mais dúvidas, conformando-se com esta ordem, no que nela se declaram. O sítio que se eleger para a fundação da dita Vila seja o mais saudável, e em que haja a boa água para beber, e lenha bastante, e se determine o lugar da praça no meio da qual, se levante o pelourinho e se assinale área para o edificio da Igreja capaz de receber competente número de fregueses, quando a povoação se aumente, e fará logo ele Ouvidor delinear por linhas retas, a área para as casas se edificarem deixando ruas largas e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta área, as que se devem fazer para a Câmara, Cadeia, Casas de Audiências e mais oficinas públicas, e os oficiais da Câmara depois de eleitos darão os sitios que se lhes pedirem para casas e quintais no lugares delineados e as ditas casas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior as fará cada morador à sua vontade, de sorte que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas. Junto a Vila fique bastante terreno para logradouro público e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em algum tempo dar parte alguma de sesmaria, nem aforamento sem ordem Minha que derogue esta, por que sou servido que fique para uso público e para se edificarem casas que os oficiais da Câmara arruarão e os Governadores poderão dar de Sesmaria toda a mais terra, com as cláusulas e condições que tenho ordenado exceto na extensão de terra que se promete dar a cada morador

porque nos contornos da dita Vila dentro de seis léguas de distância dela não poderão dar de sesmarias a cada morador, mais do meia légua de terra em quadra porque aumentando-se a dita Vila possam todos os moradores ter as suas datas de terra, e só no dito contorno se dará uma data de quatro léguas de terra em quadra que administrarão os oficiais da Câmara, para o seu rendimento se fizerem obras e despesas do Conselho, e desta terra poderão aforar para o mesmo efeito de terem rendimento aquelas partes que lhes parecer observando o que dispõe a Ordenação para estes aforamento e fora das ditas seis léguas darão aos Governadores as sesmarias na forma estabelecidas nas mais partes do Brasil.

Determinado o sítio para a fundação da Vila fará ele Ouvidor eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra, na forma que dispõe a Ordenação e hei por bem haja na dita Vila dois Juizes Ordinários, dois Vereadores, e um Procurador do Conselho, que sirva de Tesoureiro e um escrivão da Câmara, que sirva também de Almotaçaria, um Escrivão do Público Judicial e Notas, que sirva também das execuções enquanto a povoação não crescer de sorte que seja necessário fazer mais oficiais de Justiça, porque sendo Me presente a necessidade que deles houver, providerei os que forem precisos, e chegando os moradores ao número da Lei de Criação dos Juizes dos Órfãos, se procederá na eleição dele na forma da Lei e os oficiais da Câmara farão eleições dos Almotacéis e se fará o Alcaide na forma da Ordenação, que terá um Escrivão da Vara, e das pessoas que houver mais capazes para a serventia dos Ofícios de provimento que pode fazer o Governador ele Ouvidor com os oficiais da Câmara juntamente vos informar por Carta para os proveres sem donativo pelo tempo que podeis, enquanto Eu não dispuser o contrário, o que vos participo, ordenando-vos que parte que vos toca assim a executeis, e façais executar, e da vossa parte promovais o aumento da dita Vila e deis conta do que se obrar, e do mais que entenderes é conveniente ao mesmo fim. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Alexandre de Melo de Souza e Menezes e Rafael Pires Pardiniho, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou em duas vias. Luís Manoel a fez em Lisboa a cinco de agosto de mil setecentos e quarenta e seis. O secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. - Alexandre de Melo de Souza e Menezes - Rafael Pires Pardiniho .

**Anexo III**

Ata de fundação De Vila Bela da Santíssima Trindade

**ATA DE FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA  
SANTÍSSIMA TRINDADE**

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cincoenta e dois anos. Aos dezenove dias do mes de março do dito ano, neste Sítio chamado o Campo do Simão, por outro nome o Pouso Alegre, a beira do Rio Guaporé e ao poente da Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, no lugar da Praça destinada para se levantar o Pelourinho da nova Vila que Sua Majestade foi servido mandar origir e criar nestas Minas, presente do dito lugar o ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Governador e Capitão-General delas, e o Juiz de Fora, Theotônio da Silva Gusmão, e o Secretário do Governador, Bartolomeu Descalça Barros, para atestar e passar para o livro da Secretaria este Auto, e presentes os seus e o povo que pode assistir dos habitantes das ditas Minas, sendo ai por ordem do dito ilustríssimo Senhor foi mandado ler por mim tabelião o Alvará de Sua Majestade de cinco do mês de agosto de mil setecentos e quarenta e seis, para a Ereção da Vila, o que por mim foi satisfeito e em voz alta e intelegível e vai o dito Alvará copiado adiante, depois deste auto; e logo pelo dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General foi dito e declarado que sem embargo do que no dito Alvará determinava Sua Majestade, que o lugar da Vila fosse escolhido por cinco homens juramentados, havia ele escolhido e aprova



do este Sítio para a fundação da Vila, não só porque o Alvará fora passado em outro tempo, em que se não mandava General a esta diligência, mas pelas Ordens e Instruções que tinha de Sua Majestade, e porque este era o Sítio mais conveniente ao serviço de El-Rei e ao bem comum e porque ultimamente os moradores destas Minas divididos em opiniões só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os de Chapa da, que nela se fundasse a Vila, e os de Santa Anna que fosse fundada naquele bairro, com que não estavam em termos de serem ouvidos a Eleição do Sítio, nunca de antes vistos nem examinado por eles, em cuja Praça no meio mandou o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General levantar o Pelourinho por insignia de se construir no Erigir no dito lugar a referida Vila o qual presente todos os abaixo assinados foi posto e alevantado com os sinais as insignias seguintes: Feito o dito Pelourinho de um grosso madeiro e perdurável chamado Ypiuva com três degraus em quadra de seis até oito palmos lavrado em coluna torcida até certa altura e depois em piramide de quatro faces em cujo remate se colocou um braço de ferro com cutelo levantado em alto e abaixo na formação da pirâmide quatro varões de ferro com suas argolas para prisões, e abaixo na coluna duas algemas de ferro para os braços e duas para os pés. E logo pelo dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General foi declarado que a dita Vila teria o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, a quem dedicaria a Igreja Matriz dela; que em reverência da

mesma Santíssima Trindade simbolicamente teria por ar  
mas em meio de um escudo com dois circulos, um encar  
nado e outro azul, uma ave com porpo e cabeça do meio  
de águia e do lado esquerdo de pombo e a do lado di  
reito de pelicano ferindo o peito; e que estas mesmas  
armas poria a Câmara no seu estandarte por detrás das  
armas reais, enquanto Sua Majestade não mandasse o  
contrário; e que esta Vila assinalava e demarcava por  
logradouro dela na forma da ordem do dito Senhor todo  
o campo desde o sangrador do mato ou ribeirão que fi  
cam ao Sul da Vila até a Lagoa do Arrozal, que cos  
teia o mato de Guaguasu ao Norte da Vila, que será uma  
lêgua de terreno, e na travessa desde o mato do capão  
da lagoa por onde passa a estrada que entra esta Vila  
até o rio Guaporé, que serão tres quartos de lêgua de  
Leste a Oeste, cujo terreno não podia ser aforado pe  
la Câmara como Sua Majestade determina, ficando o di  
to campo para pasto dos cavalos e gado dos moradores  
da Vila, e que na mesma isenção de foro ficarão com  
preendidos os capões que pelo campo se acham que se  
riam para linhas comuns; e que caso neles fizerem al  
guma chácara ou casa de campo tivessem entendido não  
impediria em tempo algum que os moradores da Vila man  
dassem neles fazer lenha, tirar cipós e cortar madei  
ras, e para se livrarem da entrada dos cavalos e gado  
do pasto comum do logradouro seriam obrigados os que  
tivessem chácara ou casa de campo nos ditos campos, a  
cercar as plantas; que o mato do Guaguassu e Capão da  
Lagoa e o mato do Sangradouro o campo que daí se se

que para o Sul, e o mato que acompanha o Rio Guaporé ficavam fora do logradouro, e que a Câmara escolheria a paragem ou paragens em que se hajão de fazer boa as quatro léguas de terras que Sua Majestade lhe concede para aforar, e lho fariam presentes com as confrontações, para lhes passar Sesmarias pela Secretaria. Feito isto pelo Doutor Juiz de Fora presente o mesmo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General, no mesmo ato foi mandado vir o cofre os Pelouros que haviam feito em eleição dos oficiais que nestes três anos hão de servir na Camara, e com as cerimoniaes que a lei determina foi tirado, aberto e publicado o Pelouro que coube por sorte neste ano de que fez termo no Livro das Eleições e folhas tres; do Alvará de Sua Majestade já referido para a criação desta Vila só falava de dois vereadores e um procurador consultava ele dito Doutor Juiz de Fora com o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General na eleição dos ditos Pelouros em que houvessem de ser três vereadores e um procurador; porque quando se passava a provisão para a criação da Vila o tempo em que se mandavam criar dois Juizes ordinários, que nunca podiam fazer falta cinco votos, pois na falta de qualquer juiz ou vereador se poderia logo proceder a eleição de outro de barrete; porém, que tomando depois Sua Majestade a resolução de mandar Juiz de Fora para estas Minas, além de serem quatro votos em Câmara sendo os vereadores só dois podia succeder que faltasse o Juiz de Fora e ficavam só três votos o que poderia ser danoso, e que de todo o refe

rido mandaram eles ditos Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General e o Juiz de Fora formar este Auto em livro próprio da criação desta Vila a tudo pertencentes dos bens e povo as pessoas seguintes: Guarda-Mór Francisco Xavier Julio, o Reverendo Vigário Fernando Machado de Souza e Abreu, Francisco de Salles Xavier, João Pereira da Cruz, Sargento-Mór Lourenço Soares de Brito, Pedro Vaz Justiniano, Manoel Dias Penteado, Antonio da Silveira Fagundes Borges, Antonio Ferreira, João Nunes de Melo, João Raposo da Fonseca Goes, Manoel Vieira Benevides, Antonio Pacheco de Moraes, Bento de Souza Machado e Abreu, Antonio de Abreu Bacelar, Sebastião Pinheiro de Almeida, Pedro Diogo da Mata e licenciado Francisco Rodrigues da Costa, José de Oliveira Pedroso, Inácio Leme da Silva, Calistro de Souza Rego, Caetano Gil de Ataíde, Luiz da Costa e Silva, Antonio Botelho da Fonseca, Manoel Bento Pereira, Bento Dias Paes, Felix Martins Claro, Antonio Leite de Almeida, Francisco Caetano Borges, Pedro Rodrigues Lima, João Gomes Santiago, José Ferreira de Matos, André de Souza e Almeida, Rodrigo Francisco, o licenciado João Metelo de Matos, Manoel Antonio Machado, Silvestre de Castro, João da Borba Gato os quais todos assinaram com o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General Doutor Juiz de Fora e o Secretário deste Governo, Ignácio Pereira Leão, e eu tabelião do Público judá. Nota que escrevi. Dom Antonio Rolim de Moura, Theotônio da Silva Gusmão, Bartolomeu Descalça Barros.

**Fonte:** Moura, Carlos Francisco. D. Antônio Rolim de Moura – primeiro conde de Azambuja (biografia). Cuiabá, UFMT. Op. Cit., 1982, doc. n.4, p.139. (Acervo do NDHIHR/UFMT)

## Anexo IV

### Colonização do Brasil

A colonização do Brasil foi um empreendimento da Coroa Portuguesa e se deu no início do século XVI e esteve inserida nos moldes do mercantilismo.

A política mercantilista caracterizou o Estado Moderno e teve como objetivo o fortalecimento do Estado e o enriquecimento da burguesia. Para alcançar os seus objetivos, a política mercantilista seguiu alguns princípios básicos:

- a base da riqueza de um país era medida pelo acúmulo de metais preciosos.
- cabia ao Estado manter uma balança comercial favorável, isto é, as exportações deveriam ser maior que as importações.
- o protecionismo aos produtos nacionais evitando desta maneira que mercadorias semelhantes ou iguais entrassem no país.
- o estabelecimento de colônias para a produção de matérias-primas baratas, assim como a exploração das riquezas minerais ajudariam a suprir as necessidades básicas das metrópoles.
- o pacto colonial que estabeleceu que as colônias somente podiam comercializar com as suas metrópoles e a criação de Companhias de Comércio que garantiam o monopólio do sistema colonial.

Assim os estados europeus, que adotaram o mercantilismo tinha como preocupação resguardar às suas colônias dos demais países, e por isso se empenharam em cuidar diretamente da administração, impondo a colônia uma pesada cobrança de impostos. Entretanto a medula do sistema colonial, residia no pacto colonial. É no pacto colonial que está a exploração mercantil, que a colonização incorporou da expansão comercial, da qual foi um desdobramento.

Nos primeiros trinta anos do “descobrimento”, Portugal não se empenhou em implantar um sistema administrativo no Brasil, uma vez que o seu interesse maior era o comércio das especiarias no Oriente. Nos primeiros anos da “descoberta”, o governo português preocupava-se somente em enviar expedições de reconhecimento e explorar o pau-brasil existente na Mata Atlântica.

A política portuguesa com relação ao Brasil mudou somente a partir de 1530, quando inicia-se de forma efetiva a colonização. Essa mudança de postura ocorreu devido aos ataques



de contrabandistas franceses no litoral brasileiro e pelo enfraquecimento do comércio de especiarias.

Assim seguindo as determinações de Dom João III, rei de Portugal, a expedição de Martim Afonso de Sousa chegou ao Brasil em 1530. Essa expedição visava expulsar os franceses do litoral, observar as características geográficas da nova terra e fundar povoamentos.

Para iniciar a colonização foi implantando na colônia o sistema de Capitânicas Hereditárias, isto é, o governo português dividiu as terras e resolveu doá-las para elementos da nobreza. Desta forma, o governo português estava transferindo o custo da colonização aos particulares.

Concomitantemente a implantação das Capitânicas Hereditárias, a metrópole decidiu escolher a cana-de-açúcar como produto econômico para promover o projeto colonizador.

A opção pela cana-de-açúcar explica-se pela experiência de Portugal no cultivo deste produto, nas suas colônias africanas, isto é, Açores, Cabo Verde e Madeira. Outro fator importante foi a vastidão de terras, as condições climáticas e geográficas (solo massapé), assim como a existência de um mercado consumidor na Europa.

O plantio da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados se deu inicialmente em São Vicente, e posteriormente na região nordeste, porém a Capitania do Pernambuco foi a principal produtora.

A produção do açúcar ocorreu através do sistema de plantation: produção agrícola baseada no latifúndio (grande propriedade de terra), monocultura (somente produção de açúcar), com mão-de-obra escrava e voltada para atender o mercado externo.

O sucesso deste empreendimento econômico se deu também pela participação dos holandeses, que financiavam a produção. A maquinaria para os engenhos, instrumentos de trabalho e aquisição de escravos africanos eram financiados pelos holandeses, que em troca receberam o monopólio do refino e da distribuição do açúcar no mercado europeu.

Enquanto o açúcar representava a riqueza das capitânicas do nordeste, a Capitania de São Vicente não obteve com este produto o mesmo sucesso, pois a sua produção não podia concorrer com a capitania do Pernambuco e da Bahia, pois a capitania de São Vicente era distante dos mercados europeus e o solo dessa região era imprópria para a agricultura. Portanto, esses fatores acarretaram na decadência do açúcar em São Vicente.

Com a decadência açucareira, São Vicente tentou ainda desenvolver uma agricultura de subsistência cultivando arroz, feijão e milho.

A população de São Vicente diante da pobreza resolveu investir em outros empreendimentos para superar a crise econômica, entretanto, tudo foi em vão. Assim diante destas circunstâncias, o homem do planalto vicentino buscou nas bandeiras a saída para a sua crise.

Na tentativa de superar a crise econômica que abatia a capitania, as bandeirantes enfrentaram os perigos, as incertezas do sertão para aprisionar índios, que eram conduzidos para o planalto paulista para serem usados como mão-de-obra. Assim muitos jovens da Capitania partiam para o interior da colônia em busca de cativos e para montar as suas expedições recebiam ajuda financeira dos pais ou do sogro, que financiam as expedições pensando em aumentar os seus lucros. Essas expedições contavam com a presença de sertanistas, que conduziam os jovens na viagem. Portanto, nem todos os paulistas eram bandeirantes por vocação.

As bandeiras consistiam em grupos de homens que saíam organizados em expedições particulares com o objetivo de penetrar pelos sertões a procura de, índios para o cativo, de negros foragidos da escravidão e posteriormente à procura de metais preciosos.

As bandeiras eram organizadas militarmente, sendo compostas de centenas de homens. Além dos paulistas, muitas bandeiras eram compostas de estrangeiros, desertores e fugitivos da justiça.

Para adentrarem no sertão, os bandeirantes usavam principalmente os caminhos fluviais. Ao atravessarem os rios, enfrentavam vários obstáculos como cachoeiras, corredeiras e saltos. Para sanar essas dificuldades, optavam muitas vezes em continuar a viagem à pé. Por isso era comum, os bandeirantes transportar barcos e canoas por terra.

Os bandeirantes, logo perceberam que para superar as dificuldades precisavam domar a natureza, e para isso buscaram o saber indígena. Aliás, a presença de índios nas expedições foi fundamental, pois eram utilizados como guias, batedores, coletores de alimentos ou guarda-costas da expedição.

Cabia aos índios guiarem os paulistas pelos rios, carregar as mercadorias, procurar nas matas os frutos silvestres, as raízes, lagartos e cobras para saciar a fome dos bandeirantes. Nas viagens mais longas, os bandeirantes estabeleciam pequenos arraiais e roças para abastecer os sertanistas. Nestas expedições, *“as vezes, alguns índios eram despachados com antecedência para plantar os alimentos que serviriam para sustentar o corpo principal da expedição e os*

*cativos na viagem de regresso.* Muitas destas roças acabaram dando origem a povoações no interior do Brasil, a exemplo disso temos em Mato Grosso; o Arraial de São Gonçalo.

No decorrer da viagem ao ficarem doentes, os bandeirantes buscavam principalmente na medicina indígena o tratamento adequado para curar os seus males. Não estamos afirmando com isso que desprezavam a sua medicina, pois traziam também em sua bagagens maletas com poções e bisturis para a prática da sangria.

Para o confronto com os índios que resistiam a sua dominação, os paulistas utilizavam arcos e as flechas, lanças, facões, machados, mas não dispensavam o uso das armas de fogo como a espingarda e a carabina.

Desta maneira, podemos verificar que para alcançar os seus objetivos e enfrentar as dificuldades impostas pelo cotidiano, os bandeirantes dominaram os índios, destruíram aldeias inteiras e ainda se apropriaram do seu conhecimento.

Em 1674, a bandeira de Fernão Dias Falcão encontrou em Minas Gerais uma pequena quantidade de ouro, e em 1694, Bartolomeu Bueno da Silva descobriu jazidas de auríferas na Serra de Itaberaba. A descoberta destas minas correu pela colônia, chegou a Portugal, atraindo muitos aventureiros a região.

A chegada desses aventureiros causou um descontentamento nos paulistas, que passaram a chamar pejorativamente os forasteiros de “emboabas”. Tal atitude e a ganância pelo ouro acabou provocando um conflito entre os paulistas e os portugueses que vieram em busca do ouro em Minas Gerais; a Guerra dos Emboabas.

Nesse embate, os portugueses foram vitoriosos e após o conflito, o governo português passou a controlar as minas. Os paulistas diante da derrota resolveram continuar as suas incursões pelo interior.

Foi nesse contexto histórico que se deu a chegada dos paulistas ao atual Estado de Mato Grosso.

Inicialmente, os paulistas chegaram a essa região com a intenção de buscar índios para a escravidão. Apesar da legislação portuguesa combater à escravização do índio, o comércio de negros da terra (índios) era bastante frequente.

Os paulistas ao entrarem em Mato Grosso, logo perceberam que na região habitavam muitas tribos indígenas, como os Coxiponé, Beripoconé, Bororo, Pareci, Caiapó, Guaicuru, Paiaguá e muitos outros grupos.

Assim muitos paulistas penetraram por estes sertões interessados na captura destes índios. No entanto, foi com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, que os interesses dos paulistas e de Portugal cresceriam por esse território.

Em 1718, o bandeirante Antônio Pires de Campos chegou a região do Coxipó-Mirim para aprisionar o índio Coxiponé para levá-lo para São Paulo. No ano seguinte, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral avançou por essa região à procura do índio coxiponé, e acabou encontrando ouro. Segundo o cronista Barbosa de Sá, os homens da bandeira ao lavarem os seus pratos no rio Coxipó acabaram encontrando o ouro por acaso.

A presença da bandeira de Pascoal Moreira Cabral naquele local incomodou os índios aripoconé, que acabaram atacando os paulistas. A sorte destes bandeirantes foi que neste instante, a bandeira dos Irmãos Antunes chegou e prestou socorro a Pascoal Moreira Cabral e os seus homens...

Após o combate com os indígenas, os bandeirantes fundaram o Arraial da Forquilha, que recebeu esse nome por estar localizado na confluência dos rios Coxipó, Peixe e Mutuca. Assim a expedição de Pascoal Moreira Cabral deu início a colonização da região.

Em 1722, o paulista Miguel Sutil chegou à região com o propósito de fazer uma visita a sua roça. O bandeirante pediu aos dois índios que estavam em sua companhia que fossem buscar mel. Aliás, como já mencionamos anteriormente, o mel, as frutas silvestres e as raízes eram usadas na alimentação dos bandeirantes, e encontrá-las era uma das tarefas dos silvícolas.

Os índios de Miguel Sutil retornaram somente ao anoitecer e ao serem admoestados pelo bandeirante, “o mais ladino respondeu-lhe: vos viestes buscar ouro ou a buscar mel”. A seguir, os índios colocaram na mão de Miguel Sutil o ouro encontrado.

Na madrugada, o paulista colocou os gentios para mostrar o lugar no qual haviam encontrado o ouro. Este achado estava nas proximidades do córrego da Prainha, e passou a ser denominado de “Lavras do Sutil”. Havia tanto ouro nessas minas, que as Lavras do Sutil foram consideradas como “a maior mancha que teria se encontrado no Brasil”.

A notícia da descoberta chegou ao Arraial da Forquilha, levando muitas pessoas a migrarem para as “Lavras do Sutil”. Assim teria início o povoamento às margens do córrego da Prainha dando origem a atual cidade de Cuiabá.

**Fonte:** JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste:** a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII / Nauk Maria de Jesus. – Dourados: Ed. UFGD, 2011.

## Anexo V


Mapa com os tratados de Tordesilhas e de Madri



Fonte: < <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/tratado-de-madri> >.

## Anexo VI

### Lei que renomeia o município de Vila Bela da Santíssima Trindade



IMPL  
 Fls. 123  
 Rub. 520

Poder Executivo  
 D.O. 01/12/78

**ESTADO DE MATO GROSSO**

LEI Nº 4.014 DE 29 DE novembro DE 1 978.

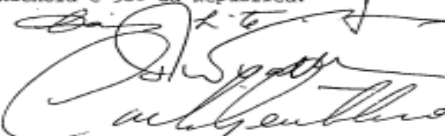


Dá ao Município de Mato Grosso  
o nome de Município de VILA  
BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO :**  
Faço saber que a Assemblêia Legislativa do Estado de  
creta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Mato Grosso denomina  
do Município de VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 29 de novembro de 1 978,  
157ª da Independência e 90ª da República.

Registrada em fls.  
 28 v. de livro com  
 rubrica. Em 03.01.82  
 Silva.

**Fonte:** <<https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-4014-1978-mato-grosso-da-ao-municipio-de-mato-grosso-o-nome-de-municipio-de-vila-bela-da-santissima-trindade>>.

## Anexo VII

### Aniversário de Vila Bela da Santíssima Trindade



#### Imprimir Artigo

19/03/2021 - 13:28 | Atualizado em 19/03/2021 - 13:35

### Primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade completa 269 anos de história

Vila Bela da Santíssima Trindade (521 km a oeste de Cuiabá) deu origem aos primórdios deste Mato Grosso velho. Nesta sexta-feira (19), faz 269 anos que o Capitão Dom Antônio Rolim de Moura fundou o município, após atravessar a área de mata fechada entre os rios Jauru e Guaporé, encontro do Cerrado com a Amazônia.

A escolha do nome veio do costume da época colonial de designar por "Vila" a sede municipal e expressão de admiração pelo lugar – Bela. Vila Bela foi escolhida a dedo para a instalação da primeira capital mato-grossense, com projeto elaborado ainda em Portugal.

Além de carregar a responsabilidade de dar o status de estado a Mato Grosso – nome que surgiu em 1735 -, Vila Bela da Santíssima Trindade também pode ser considerada uma das primeiras cidades planejadas do país. Foi determinada, inclusive pela coroa portuguesa, que se implantasse a primeira Faculdade de Medicina do Brasil nas terras vilabelenses.

A descoberta de riquezas minerais na região do Rio Guaporé incentivou Portugal a se apressar para povoá-la, temendo o avanço dos espanhóis. No entanto, em 1835, a capital de Mato Grosso passou a ter sede em Cuiabá, em razão da dificuldade de povoar a região.

A pequena Vila Bela, com seus poucos mais de 16 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um dos municípios com maior potencial turístico mato-grossense.

#### Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade

Os restos da primeira Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade resistem ao tempo, para não deixar a história morrer. Ainda que em ruínas, as paredes de adobe marcam o histórico de expansão colonial portuguesa. A matriz nunca foi concluída, provavelmente por ter a construção iniciada no período de transição da Capital de Vila Bela para Cuiabá.

Para proteger o patrimônio tombado, foi construída uma cobertura. No entanto, fora as intempéries da natureza, como sol, chuva e até mesmo pombos – que danificam as estruturas com as fezes -, a presença humana também ajuda a degradar o local, explica o prefeito André Bringsken (MDB).





"Fizemos agora um isolamento, para ter acesso apenas físico, colocamos uma tela em volta para tirar foto de fora, contemplar de fora, porque o que mais estava estragando as ruínas era a presença do homem, que subiam nas paredes, grupos turísticos vinham e faziam bagunça", contou.

O chefe do Executivo municipal relata que o Ministério Público Federal e Justiça Federal estão atuando juntos com o Iphan, para encontrar uma solução de proteção efetiva. A princípio, seria realizada uma audiência pública com a população, mas foi adiada por conta da pandemia.

Um projeto, inclusive, seria retomar as obras da igreja que nunca foi terminada. "Posso antecipar que a sociedade mais quer é a reconstrução da Igreja Matriz nos moldes originais. É um projeto arrojado, mas possível e viável. Temos a planta da igreja original e seria um marco", afirma.

#### **Potencial turístico – e falta de incentivo**

Pela riqueza histórica, o município tem grande potencial turístico, sem esquecer-se da deslumbrante natureza do local, que marca o encontro do cerrado com a Amazônia.

Chico Ferreira



#### Festa do Congo, tradição do município

No entanto, este potencial foi esquecido – ou ignorado – pelo poder público. “Até hoje as gestões passadas não entenderam esse ponto. Vila Bela tem o maior potencial turístico do estado, além do turismo ecológico do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, o Rio Guaporé, que serve para contemplação, para pesca e passeio...”, enumera André, quase se perdendo em tamanha diversidade.

#### Falta de saneamento básico

Histórico também é a estação de tratamento de água e esgoto de Vila Bela. Segundo o prefeito, este é o maior problema enfrentado pelos vilabelenses. A prefeitura tem somado esforços com o governo e Funasa, seja por meio de recursos ou emendas parlamentares, para reverter esse quadro.

“Em 269 anos, ainda temos esgoto a céu aberto”. Isso pra saúde pública é ruim, mas estamos ampliando todos os esforços para acabar com isso. A estação de tratamento de água tem 30 anos, sem nunca ter sido ampliada ou reformada”, critica.

#### Parque Estadual Serra Ricardo Franco

De acordo com o prefeito, o cânion da Serra Ricardo Franco foi o local turístico mais visitado em 2019. A beleza rústica do local é preservada por rochas altas e águas azuis, cristalinas. É necessário percorrer uma trilha de 4 quilômetros para chegar até o cânion e o percurso é revestido por diversas árvores exuberantes e pedras.

#### Divulgação



Outro ponto exuberante é a Cachoeira do Jatobá, considerada a quarta maior cachoeira do Brasil, com queda de 250 metros.

**Fonte:**<[http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652&noticia=primeira\\_capital\\_vila\\_bela\\_da\\_santissima\\_trindade\\_completa\\_269\\_anos\\_de\\_historia](http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=54652&noticia=primeira_capital_vila_bela_da_santissima_trindade_completa_269_anos_de_historia)>